



Revista  
Academic Research

**FAP**

Revista Semestral – Volume 1, Nº 5, janeiro / julho de 2017

**12**  
anos

Construindo o  
Ensino Superior  
de Qualidade na  
Região do Baixo  
Parnaíba!

**CRESU**

Centro Regional de Ensino Superior Arno Kreutz Ltda

F  
A  
P

## **COMISSÃO EDITORIAL**

Katiane Alyne de Souza Ribeiro da Silva  
Radson Ferreira do Vale

## **COMITÊ DE REDAÇÃO**

Raimunda Nonata Fortes Braga  
Cleane de Jesus Costa

## **SECRETÁRIA**

Katiane Alyne de Souza Ribeiro da Silva

## **CONSELHO EDITORIAL**

**Profª. Esp. Ana Carolinne de Oliveira Lima - FAP**

Especialista em Docência do Ensino Superior – INTA

**Profº. Dr. Casemiro de Medeiros Campos - FAP**

Doutor em Educação – UFC/CE

**Profª. Ms. Cleane de Jesus Costa - FAP**

Mestra em Desenvolvimento Humano – UNITAU/ SP

**Profª. Ms. Cleydlenne Costa Vasconcelos**

Mestra em Parasitologia – ICB/UFMG

**Profº. Dr. Cláudio Gonçalves da Silva - UFMA**

Doutor em Agronomia/Entomologia Agrícola – UFLA/MG

**Profª. Ms. Francinalda Araújo e Silva - FAP**

Mestra em Desenvolvimento Humano – UNITAU/ SP

**Profª. Ms. Katiane Alyne de Souza Ribeiro da Silva - FAP**

Mestra em Desenvolvimento Humano – UNITAU/ SP

**Profª. Esp. Ledany Marinho Velozo - FAP**

Especialista em Leitura e formação de leitores – UFMA/MA

**Profº. Esp. Radson Ferreira do Vale - FAP**

Especialista em Docência do Ensino Superior – FAP/MA

**Profª. Ms. Raimunda Nonata Fortes Braga - FAP**

Mestra em Desenvolvimento Humano – UNITAU/ SP

**Profº. Dr. Regis Catarino da Hora - UFMA**

Doutor em Ecologia e Recursos Naturais – UFSCAR/SP

## **PROGRAMAÇÃO VISUAL / DIAGRAMAÇÃO / CAPA**

Raimunda Nonata Fortes Braga

José Victor Mesquita Moraes

## **NORMALIZAÇÃO**

Ledany Marinho Velozo

FAP Academic Research /Faculdade do Baixo Parnaíba.-  
Chapadinha-Ma, v.1, n. 5, jan/jul.2017.1

Semestral

ISSN:2446-8312

1. Educação superior - Periódicos I. Título.

## SUMÁRIO/CONTENTS

<b>EDITORIAL</b>	<b>04</b>
<b>Assistência Social na defesa dos direitos da mulher</b>	<b>05</b>
Ana Paula de Vasconcelos Aryelle Oliveira Costa Jardeline Barros da Costa Keylla da Cruz Carneiro Muniz	
<b>Cinema e ensino de Língua Inglesa: uma proposta metodológica</b>	<b>11</b>
Ana Carolinne de Oliveira Lima Daniel Monteles da Silva Rodrigo Mesquita Carvalho	
<b>Educação Especial: um olhar sobre a inclusão nas escolas</b>	<b>21</b>
Ana Cristina Ferreira Aguiar Beatriz Silva Mourão Dalila Portela Santana Dorysvanny Maria Alves da Silva Luznarina da Silva Pacheco Nayara Nunes da Silva Vilandia Soares da Silva	
<b>O ato de planejar: processo de planejamento</b>	<b>29</b>
Joceline Conceição Natália Almeida Neliane Aguiar Fernanda Miranda	
<b>O planejamento pedagógico na educação infantil</b>	<b>36</b>
Taciane da Conceição dos Santos	
<b>Os desafios do planejamento como componente de democratização da gestão</b>	<b>45</b>
Maria da Conceição Lopes	
<b>Planejar: concepções e estratégias no âmbito educacional</b>	<b>50</b>
Doryllenny Suzane Alves da Silva Mariane da Costa Silveira Rayanne Oliveira da Silva	

## EDITORIAL

### Planejamento: palavra-chave

É da essência do homem intervir no mundo de forma que atenda plenamente às suas necessidades materiais e simbólicas. A fundação do estilo de vida humana – que também é resultado do ambiente cultural e ideológico ao qual o sujeito é filiado – deve-se a uma ação consciente e sistemática sobre a natureza para produção de uma nova realidade. Entretanto, para que possibilite a consecução de seus objetivos, independentemente da extensão da intervenção, cenário e recursos disponíveis, é fundamental que a ação do sujeito seja fruto de um elaborado plano, que compreenda, além de sua visão de mundo, os procedimentos necessários para essa empreitada.

Nessa perspectiva, o planejamento torna-se o instrumento-base para fornecer ao sujeito os meios para que a ação tenha a eficácia pretendida. Por isso, em qualquer campo de atuação, o planejamento é imprescindível e representa, concretamente, o primeiro e decisivo passo para a realização de suas metas. Embora existam conquistas provenientes do acaso e de circunstâncias favoráveis fora do controle do homem, elas representam, estatística e empiricamente, um conjunto pequeno de propostas exitosas se comparadas às grandes ações que mudaram a vida em sociedade.

Para os profissionais de destaque no mundo do trabalho, o planejamento é prioridade. Sem ele, a gestão e ascensão da carreira é sensivelmente prejudicada. Em pleno século XXI, é qualidade mínima exigida no competitivo ambiente de trabalho no qual toda ação é pensada estrategicamente e realizada norteada por um plano corretamente produzido. Logo, seja qual a atividade exercida, o planejamento consolida o desempenho e, com efeito, propicia os melhores resultados.

Portanto, o planejamento é palavra-chave para o sucesso de toda ação humana, principalmente no ambiente profissional. Em especial, no ambiente acadêmico, em que o estudo e a organização de procedimentos é indispensável, planejar é necessidade vital e deve ser sempre objeto de análise e reflexão para que toda ação empreendida seja efeito de uma atividade que possui um plano e sujeitos devidamente qualificados para executá-lo.

*Comissão Editorial*

## ASSISTÊNCIA SOCIAL NA DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Ana Paula de Vasconcelos<sup>1</sup>  
Aryelle Oliveira Costa<sup>2</sup>  
Jardeline Barros da Costa<sup>3</sup>  
Keylla da Cruz Carneiro Muniz<sup>4</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como finalidade o desenvolvimento de um saber a cerca da pesquisa acadêmica e de suas ações construtivas e formadoras, com foco do Assistente Social na Defesa dos Direitos da Mulher. O presente trabalho propõe expor os direitos que foram conquistados pelas mulheres em uma luta de igualdade e de direitos civis. Foi realizado um estudo nos setores públicos para compreender o papel do Assistente Social nas instituições que o profissional pode atuar, se enquadrando em diversas áreas diferentes, como o da saúde, educação, da justiça e da seguridade social entre outras, executando políticas publicas sociais como representantes técnicos desses órgãos no atendimento direto ao indivíduo. Podendo executar atividades nas três esferas publicas governamental como municipal, estadual e federal, nas quais o profissional tem um papel de grande importância nesses poderes acolhendo comunidades de acordo com as demandas referidas a cada órgão na garantia dos direitos sociais previsto em lei. A primeira parte discorre a respeito dos direitos sociais alcançados dentro da esfera do direito penal. A segunda parte trata-se da obtenção dos direitos trabalhistas frente as demandas da questão social através de lutas do direito a igualdade. A terceira parte refere-se a questão da saúde. Todo trabalho foi composto através de pesquisa de campo e bibliográfica, com questionários aplicados aos profissionais das áreas citadas.

**Palavras-chave:** mulher, assistente social, Direito Penal.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta de uma pesquisa realizada junto aos assistentes sociais que trabalham em instituições que atendem mulheres que vivem em situações diversas e tem como objetivo analisar o papel do serviço social na defesa dos direitos da mulher.

---

<sup>1</sup>Acadêmica da Faculdade do Baixo Parnaíba-FAP. 3º período do curso de serviço social. E-mail: paula.1234pv@hotmail.com.

<sup>2</sup>Acadêmica da Faculdade do Baixo Parnaíba-FAP. 3º período do curso de serviço social.

<sup>3</sup>Acadêmica da Faculdade do Baixo Parnaíba-FAP. 3º período do curso de serviço social. E-mail: Jady-costa@live.com

<sup>4</sup>Acadêmica da Faculdade do Baixo Parnaíba-FAP. 3º período do curso de serviço social. E-mail: keyllavacruz@gmail.com.

A década de setenta constituiu um marco para o movimento de mulheres no Brasil, com suas vertentes de movimento feminista, grupo de mulheres pela redemocratização do país e pela melhoria nas condições de vida e de trabalho da população brasileira. Em 1975, comemora-se, em todo o planeta, o Ano Internacional da mulher, neste dia realiza-se a I Conferência Mundial da Mulher, promovida pela organização das Nações Unidas-ONU, instituindo-se a década da mulher.

As mães, as filhas, as irmãs, representantes da nação, solicitam ser constituídas em Assembleia Nacional. Considerando que a ignorância, o esquecimento e o desinteresse dos direitos da mulher são as únicas causas das calamidades públicas e da corrupção dos governos, estas decidiram expor em uma declaração solene os direitos naturais, inalienáveis e sagrados da mulher, com o fim de que essa declaração, constantemente presente na mente de todos os membros do corpo social, lhes recorde sempre de seus direitos e de suas obrigações; com o fim de que os atos de poder das mulheres e os de poder dos homens, que podem ser a qualquer momento comparados com a meta de toda instituição política, adquiram maior consideração; com o fim de que as reivindicações das cidadãs, baseadas de agora em diante em princípios singelos e incontrovertidos, apontem sempre em prol da manutenção da constituição, dos bons costumes, da felicidade de todos os cidadãos. (GOUGES apud DUARTE, 1989).

No sentido de construir entre a categoria um espaço de combate à violência contra a mulher e uma formação política baseada no código de ética do Assistente Social, o conjunto CFESS /CREASS se mobilizou para apoiar os avanços da luta das mulheres.

Deseja-se discutir neste trabalho a prática do exercício profissional do assistente social em relação à efetivação dos direitos das mulheres assegurados pelo conjunto de leis, e se de fato são efetivados perante a sociedade.

Objetivou-se conhecer a atuação do assistente social nos órgãos públicos, entender de que forma é exercido dentro das instituições e os amparos que são oferecidos com êxito a esse público.

A nossa Carta Magna garante o princípio da igualdade entre os sexos no seu artigo 5º, inciso I, discorrendo que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:  
I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

A Constituição Federal prevê, dessa forma, direitos iguais, não importando a cor, raça, sexo, ou seja, estabelece que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição”.

Entretanto, para que esse artigo seja garantido, é necessária a elaboração de leis que garantam a proteção do núcleo familiar utilizando-se de mecanismo jurídicos contra a violência doméstica e familiar. Em razão da incessante violência doméstica e familiar que ainda permanece até os dias atuais, foi sancionada a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 que recebeu o nome “Lei Maria da Penha”.

Maria da Penha Maia Fernandes, biofarmacêutica, cearense, é o marco recente mais importante da história das lutas feministas brasileiras, sendo atualmente líder de movimentos de defesa dos direitos das mulheres. Vítima emblemática da violência doméstica, lutou por muitos anos para que o seu agressor viesse a ser condenado.

No ano de 1983, enquanto dormia, recebeu um tiro do então marido, o professor colombiano Marco Antônio Heredia Viveiros, que a deixou paraplégica. Depois de se recuperar foi mantida em cárcere privado, sofreu outras agressões e nova tentativa de assassinato também pelo marido, por justiça, seu agressor foi condenado em duas ocasiões (1991 e 1996), e por meio de recursos jurídicos, foi solto. A Lei Maria da Penha dispõe em seu artigo 2º que:

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (BRASIL, 2006).

Depois de um longo processo de luta, no Brasil e no exterior, em 07 de agosto de 2006, foi sancionada a Lei nº 11.340, que recebeu o nome de “Lei Maria da Penha” em homenagem a essa corajosa mulher brasileira.

Discorrendo a respeito da importância dessa lei, Lobo e Carvalho (2013, p. 4), afirmam que:

A Lei Maria da Penha surge com a necessidade de reafirmação dos direitos das mulheres, uma vez que desde a Constituição Federal/88 já estavam estabelecidos os direitos fundamentais a todas as pessoas, sem discriminação de raça, sexo, religião, cultura entre outros. Mas com toda a trajetória da mulher no mundo fez com que fosse esquecida e tachada como um “sexo frágil” e sem direitos de opinar, ter escolhas e se impor perante a sociedade. Após muitas conquistas e lutas pelos seus ideais, a mulher hoje tem o seu espaço na sociedade que durante muitos anos foi de uma sociedade machista. A Lei Maria da Penha vem para somar as conquistas alcançadas pelas mulheres e fez com que esse grupo despertasse para lutar por políticas que venham ao encontro de suas necessidades básicas, sendo estimuladas a participarem de movimentos que visem ao fim da violência e a conquista dos seus direitos.

Através dessa lei foi possível mostrar à sociedade sobre a importância de proteger a mulher da violência sofrida dentro do ambiente familiar, lugar este que deveria ser de

cuidado, amor, paz e proteção. Muitas mulheres passam diariamente por violências, tanto físicas quanto psicológicas, dentro do seu próprio lar por seus maridos, namorados ou por aqueles com que mantém relação.

No tocante aos direitos trabalhistas, nos primórdios da industrialização iniciou-se uma divisão sexual do trabalho tal qual aquela que já existia no espaço doméstico que persiste em menor escala até hoje. Assim, certos setores obrigavam a mão-de-obra feminina enquanto outros se fechavam para ela. Nesta época um dos setores que mais oferecia postos de trabalho para as mulheres era o setor fabril e nem todas as mulheres saíam de casa para trabalhar nas fábricas, haja vista que esta era prática comum que indústrias de peças, de vestuários ou alfaiatarias contratassem costureiras para efetuar seus trabalhos em casa.

A normatização do trabalho foi conquistada através de manifestações e protestos dos trabalhadores que contribuiu para a formação de cargos de trabalho feminino. Com a regulamentação do trabalho a industrialização avançava cada vez mais, as fábricas incorporavam a mão-de-obra de homens, dispensando a de mulheres. Desta forma, a estas só restavam os piores postos de trabalho.

A primeira lei de caráter protecionista à mulher operária surgiu na esfera estadual em São Paulo. A Lei nº1.596, dia 29 de dezembro de 1917, que constituiu o serviço institucional do Estado, proibiu o trabalho de mulheres em estabelecimentos industriais no último mês de trabalho e no primeiro puerpério.

Com a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT foi intitulada à proteção do trabalho da mulher e abordou os seguintes assuntos: duração e condição do trabalho, trabalho noturno, período de descanso, métodos e locais de trabalho e proteção à maternidade.

A licença maternidade está garantida pelo artigo 7º, inciso XVIII, da Constituição Brasileira, que consiste em conceder à mulher que deu a luz uma licença remunerada de 120 dias. A lei 11770/2008, que prorrogou da licença maternidade em 60 dias, que diz em seu artigo 1º que a prorrogação será garantida à empregada da pessoa jurídica.

Quanto à saúde, as políticas de saúde da mulher eram voltadas para problemas de gestação e do parto objetivando identificar as causas de mortalidade materna e desnutrição infantil. A partir de 1980 foram criados diretrizes do Programa de Assistência Integral à saúde da Mulher – PAISM, dentre as quais se destacam necessidades globais da Mulher, preconiza o direito à saúde dos níveis mais simples aos níveis mais complexos, da atenção curativa à prevenção, ações educativas com metodologias participativas e planejamento familiar.



A atuação do assistente social na saúde da mulher está regulamentada através da resolução CFESS nº 383, de 29/03/1999 que caracteriza o assistente social como profissional de saúde. Tais atribuições e competências são regidos por um Código de Ética Profissional que deve ser observado e respeitado. O profissional atua no campo das Políticas Sociais com o compromisso da defesa e garantia dos Direitos Sociais da população.

A atuação do assistente social na defesa dos direitos das mulheres é necessária, esta busca mostrar a importância das lutas sociais para obtenção dos direitos que hoje foram alcançados, mas que ainda há muito o que se conquistar, são muitas as barreiras a serem derrubadas quando se trata dos preconceitos, da violência, da saúde e a proteção desta, a liberdade e a segurança pessoal, igualdade e estar livre de toda forma de discriminação, do direito à liberdade de pensamento, direito a construir relacionamento conjugal e planejar sua família, direito a decidir de ter ou não filhos e quando tê-los. Direitos aos benefícios e do progresso científico. Direito de liberdade de reunião e participação política. Direito a não ser submetida à tortura e maus tratos. Dessa forma, compreende-se que o Assistente Social promoverá a ampliação dos direitos das mulheres, que é um dos princípios básicos de todo progresso social.

## **SOCIAL ASSISTANCE IN THE DEFENSE OF WOMEN'S RIGHTS**

**Abstract:** This work aims to develop a knowledge about academic research and its constructive and formative actions, focusing on Social Assistance in the Defense of Women's Rights. This paper proposes to expose the rights that were won by women in a struggle for equality and civil rights. A study was carried out in the public sectors to understand the role of the Social Worker in the institutions that the professional can act in, ranging from different areas such as health, education, justice and social security among others, executing social public policies as representatives of these organs in the direct service to the individual. Being able to carry out activities in the three governmental public spheres such as municipal, state and federal, in which the professional has a role of great importance in these powers welcoming communities according to the demands referred to each body in the guarantee of social rights provided by law. The first part deals with the social rights achieved within the sphere of criminal law. The second part deals with obtaining labor rights against the demands of the social issue through struggles of the right to equality. The third part concerns the health

issue. All the work was composed through field and bibliographical research, with questionnaires applied to the professionals of the mentioned areas.

**Key words:** Woman, Social worker, Criminal Law.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.340/2006. **Lei Maria da Penha:** a luta fazendo a lei. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARVALHO, Elizangela da Silva. LÔBO, Nilra de Souza Pinheiro. **A intervenção do assistente social nas questões da violência doméstica contra mulher.** Disponível em: <[http://unijipa.edu.br/media/files/54/54\\_221.pdf](http://unijipa.edu.br/media/files/54/54_221.pdf)>. Acesso em 22 out. 2016.

DUARTE, C. Pós-facio. Nos primórdios do feminismo brasileiro. In: **FLORESTA, N.B. Direitos das mulheres e injustiça dos homens.** São Paulo, Cortez, 1989. p. 9-134.

# CINEMA E ENSINO DE LÍNGUA INGLESA: uma proposta metodológica

Ana Carolinne de Oliveira Lima<sup>5</sup>  
Daniel Monteles da Silva<sup>6</sup>  
Rodrigo Mesquita Carvalhos<sup>3</sup>

**RESUMO:** Com a globalização, a Língua Inglesa tornou-se universal. O seu aprendizado deixou de ser uma diferença no mercado de trabalho e passou a ser uma exigência em uma concorrência cada vez mais acirrada. Inúmeros métodos de ensino de LI também cresceram com o avanço global buscando uma ligação mais próxima do aluno e sua realidade e passaram a ser incorporados utilizando diversas ideias criativas e atrativas para que os alunos, cada vez mais, se interessassem pelos conteúdos. Essas ideias surgem de uma necessidade de integração mais próxima da escola com a realidade dos educandos que estão mais acostumados com as tecnologias. O presente artigo tem como meta a reflexão e análise da utilização do cinema como processo cognitivo e aquisição de Língua Inglesa. É realizada uma abordagem específica nos métodos em que os educadores podem se valer de aplicações de filmes nas salas de aula destacando a sua relevância em atividades que exigem as habilidades proficientes. Buscou-se trazer à pesquisa o recurso cinematográfico como um acionador cognitivo, o que justifica sua escolha que não pode ser aleatória, mas deve atender, sobretudo, às necessidades pedagógicas e aos interesses, bem como a realidade dos alunos a fim de estreitar laços com a língua de forma dinâmica e motivadora.

**Palavras-chave:** Ensino. Cinema. Cognição. Influência. Cultura.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, outros métodos de ensino foram sendo incorporados utilizando diversas ideias criativas e atrativas para que os alunos, cada vez mais,

---

<sup>5</sup> Professora de Língua Inglesa – Faculdade do Baixo Parnaíba- carolphb@hotmail.com

<sup>6</sup> Licenciando em Letras Português – Inglês- Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP) – danielamestradoid@gmail.com

<sup>3</sup> Licenciando em Letras Português – Inglês- Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP) – rodrigo\_kardec@hotmail.com

se interessassem pelos conteúdos. Essas ideias surgem de uma necessidade de integração mais próxima da escola com a realidade dos educandos, cada vez mais acostumados com os avanços tecnológicos. Com isso, os professores procuram aliar a tecnologia junto de estratégias. Nessa perspectiva, os processos de ensino sobre língua estrangeira (inglês) possuem vários aspectos metodológicos para se trabalhar, visto que algumas são substanciais para o aprimoramento intelectual dos discentes. Nesses parâmetros da linguagem é inerente correlacionar os processos cognitivos como fator de suma importância no encadeamento da concepção sobre a Linguística. Tendo em vista que o sistema de entrada no que se refere à língua estrangeira nas escolas aglomera algumas contrapartidas como aderir à acomodação da Linguística, uma vez que, não são extraídas informações plausíveis do meio sociocultural que complementam a competência do conhecimento da linguagem.

Aliando os objetivos culturais proporcionado pelo cinema como forma de ensino é coerente relacionar esse método à eficácia dos subsídios educacionais, ou seja, a escola e os professores têm como meta apresentar aos alunos um mundo globalizado através dos conhecimentos proporcionados pela Língua Inglesa por meio recursos audiovisuais.

## **2 IMPERIALISMO E A INFLUÊNCIA DA LÍNGUA INGLESA**

A partir do século XX várias expressões em inglês passaram a ser adotadas na Língua Portuguesa. Essa adoção deve-se ao fato da existência de um procedimento de total influência da Língua Inglesa na contemporaneidade conhecido por Imperialismo Cultural.

Na Primeira Guerra Mundial, no seu processo finalístico, deu-se início a um período de liderança dos Estados Unidos no que se refere à economia. Sua estratégia de domínio foi viesada pela cultura e estreitando as parcerias com outros países, sobretudo os da América do Sul. Suas intenções eram de introduzir o seu modo de vida, “*american way of life*”, destacando um padrão de sociedade ideal e muito desenvolvida, como também os seus valores de consumo. Mais tarde, com o final da Segunda Guerra Mundial e a instalação da Guerra Fria, essas estratégias de domínio tornaram-se definitivas caminhando para um lado mais político.

A língua inglesa foi sendo denominada por alguns como língua internacional e, por outros, como língua franca. Canagarajah (2006) destaca que a língua inglesa é mais utilizada hoje em contextos multilíngues, onde a interação acontece principalmente entre falantes não nativos em sua terra natal. Isso representa, com base no autor, que a língua

inglesa já não mais pertence a um povo específico (por exemplo, nativos dos Estados Unidos e Grã-Bretanha), mas que ela é propriedade de todos os que a utilizam.

Com esse crescente substancial da língua inglesa, Phillipson (1992) identifica a influência da língua inglesa como “imperialismo linguístico”, representando uma nova visão de domínio exercido pelos países do centro sobre os países dos periféricos, o que resultaria, necessariamente, na ameaça à existência das línguas nacionais. Outro termo apresentado pelo autor é “linguicismo”, que representa a imposição de normas e valores culturais, econômicos, emocionais e linguísticos por parte do dominador sobre os dominados. Tal domínio explica-se pelo fato de que toda informação científica e tecnológica está acessível por meio da língua inglesa e que o ensino dessa língua deve pressupor a idealização dos valores e da cultura do contexto dos países de onde ela deriva – entenda-se aqui Inglaterra e Estados Unidos.

Partindo desse pressuposto, pode-se correlacionar que todos esses aspectos são fundamentais no âmbito do ensino de língua estrangeira, visto que suas especificidades são relevantes para a aquisição da linguagem, como enfatiza McKay (2002, p. 12, grifo do autor), que alguns aspectos devem ser considerados no ensino de uma língua internacional:

- 1) O inglês é usado tanto no âmbito global, para comunicação entre os países, como no âmbito local, como uma língua de comunicação mais ampla em sociedades multilíngues.
- 2) O uso da língua inglesa não se restringe mais às culturas dos países do “inner circle” (círculo central).
- 3) Num sentido local, o inglês faz parte da cultura do país onde é usado.
- 4) Num sentido global, uma de suas funções principais é possibilitar aos falantes compartilharem suas ideias e suas culturas.

Portanto, a concepção de ampliação histórico-cultural de língua estrangeira (inglês) descreve sua importância não somente no seu estreito caminho gramatical e habilidades comunicativas, mas sua real importância sócio-política que resulta, em outros patamares, de crescimento e inclusão a novos olhares através da linguagem, assim explícita Leffa (2017) que o ensino de LI como língua estrangeira no Brasil deva ir além de questões metodológicas, sendo fundamental considerar as questões políticas implicadas. Canagarajah (1999) parte dessa premissa que, deve-se salientar que os alunos se questionem como a língua deveria ser aprendida. O autor se refere que a negociação crítica leva ao crescimento cultural e intelectual sobre a língua, mas a decisão por não aprender o idioma, como uma atitude de repulsa ao que ele pode representar, resulta na exclusão do indivíduo sobre outros parâmetros da sociedade em geral.

### 3 ASPECTOS COGNITIVOS E CINEMA

Os aspectos cognitivos são processos e esquemas de aquisição que envolve fatores do viés psíquico sintetizando a construção do conhecimento humano ampliando sua percepção intelectual na qual se ocorre a inerência de ensino-aprendizagem que amplifica essa compreensão evolutiva e sistemática, assim ressalta Ramos e Pagotti (2008), que a competência cognitiva é um dos fatores enfatizados no mundo acadêmico, e implica memorizar, comparar, associar, classificar, interpretar, hipotetizar, julgar, enfim, compreender os fenômenos. Esses processos são substanciais para o crescimento cognitivo no que se refere à construção do pensamento através de interações que comportam características, assim como aspectos de equilíbrio que adere na assimilação que interfere nos fatores internos, juntamente no processo de acomodação associada aos fatores externos. Piaget (2011, p. 89) esclarece que:

Levando em conta, então, esta interação fundamental entre fatores internos e externos, toda conduta é uma assimilação do dado a esquemas anteriores (assimilação a esquemas hereditários em graus diversos de profundidade) e toda conduta é, ao mesmo tempo, acomodação destes esquemas à situação atual. Daí resulta que a teoria do desenvolvimento apela, necessariamente, para a noção de equilíbrio entre os fatores internos e externos ou, mais em geral, entre a assimilação e a acomodação

Compreende-se que todo indivíduo possui a capacidade de adaptar-se ao meio e de assimilar e acomodar os esquemas internos e externos em sua estrutura cognitiva na busca de um equilíbrio que permite seu desenvolvimento partindo da evolução de sua inteligência. Nessa perspectiva, o ser humano ao se encontrar em uma determinada situação busca interagir-se através de seus conhecimentos anteriores do qual foram assimilados, constituindo em modificações que se concentram na acomodação. Referente a esses conceitos, Piaget (2011) busca enfatizar que todo comportamento procura sustentar um equilíbrio, ou seja, a assimilação e acomodação norteando-se da seguinte ideia de que o sujeito no dado momento que se insere ao meio, busca realinhar e adaptar-se às circunstâncias de seu espaço físico. Becker (2010), ao estudar a teoria piagetiana, explica que:

Assim como a acomodação, atividade centrífuga dos esquemas progressivamente se diferencia, a assimilação coordena e unifica a atividade do sujeito. Dessa progressiva complementariedade, Piaget conclui que a experiência, longe de emancipar-se da atividade intelectual, só progride na medida em que é organizada e animada pela própria inteligência (BECKER, 2010, p.31).

Portanto, a inteligência consiste na progressividade através da organização regulamentada, isto é, na efetiva sistematização dos aspectos cognitivos que mesmo no sustento da experiência do qual equivale no equilíbrio, associa também ordenação do extenso

processo de evolução intelectual. Partindo desse pressuposto pode-se fazer uma relação metodológica e sistemática com o cinema, de acordo com Araújo e Voss (2009) ao afirmarem que a atividade audiovisual pode, se for bem planejada, contemplar aspectos estruturais da LI (Língua Inglesa), que, associados a aspectos valorativos, acionam o processo cognitivo pela identificação/projeção do aluno com a situação imaginária que o filme retrata. Há, também, nesse esforço em construir tal estratégia didática, uma contribuição de fato para o processo de formação docente na construção de conceitos que ampliem a compreensão e a importância da utilização das tecnologias disponíveis como acionadores cognitivos para a compreensão de uma LE (Língua Estrangeira). Portanto, o procedimento de ensino-aprendizagem são os meios cabíveis que trabalha a cognição, e quando se tem os recursos audiovisuais que se adequam às tecnologias, pode-se, se for estruturada de maneira estratégica, garantir resultados satisfatórios tanto na perspectiva docente no âmbito metodológico, como na construção da intelectualidade dos discentes por meio de recursos audiovisuais. Assim, enfatiza Araújo e Voss (2009, p.32):

Quando analisamos e selecionamos um produto audiovisual, precisamos saber o que pretendemos com seu uso em sala de aula e delimitar os objetivos, ao estabelecer até que ponto a escolha de um determinado filme consegue atendê-los. Além disso, deve haver uma ligação que adapte o tema às orientações específicas de caráter teórico-metodológico.

Nesse aspecto, quando se utiliza meio cinematográfico, é coerente avaliar os pontos importantes que podem ser trabalhados obtendo resultados benéficos no procedimento aquisitivo da linguagem que, em suma, pode ser pautado a temáticas plausíveis do cotidiano discente, fazendo assim, uso de métodos estratégicos para a evolução cognitiva, nesse contexto, afirmam Araújo e Voss (2009) que é preciso especial atenção aos temas abordados.

O recurso cinematográfico é um acionador cognitivo e sua escolha não pode ser aleatória. Ao contrário, deve atender às necessidades pedagógicas e aos interesses dos alunos. Os temas transversais como direitos humanos, cidadania, meio ambiente, saúde, sexualidade presentes no filme, ao favorecer o processo de projeção/identificação na relação espectador/espetáculo, isto é, os processos psicoafetivos de projeção/identificação (MORIN, 1989), possibilitam ao aluno reconhecer na tela seus problemas do cotidiano. Essa estratégia objetiva a compreensão e a consolidação da língua não apenas de seus aspectos estruturais, como também a incorporação de palavras que se reportem às situações conhecidas pelos alunos.

Sendo assim, socializar recursos dos quais alunos se identificam e que alguns têm convivência são fatores importantes que ajudam em sua evolução cognitiva ampliando, ainda mais, a utilidade do cinema na composição do aprendizado significativo como sustenta Becker (2001, p. 73) “que fazer repetir, recitar, aprender, ensinar o que já está pronto em vez de fazer agir, operar, criar, construir a partir da realidade vivida por alunos e professores, isto é, pela sociedade, aproxima, e aos poucos, os distanciam”.

A educação deve ser um processo de construção de conhecimento dos quais ocorrem, em condição de complementariedade: por um lado, alunos e professores, e por outro, os problemas sociais atuais e o conhecimento já construído, ou seja, o conhecimento pronto e as problematizações que ainda devem ser resolvidos são instrumentos que estimulam o crescimento cognitivo do ser humano que, através desse meio, o cinema, ocorre tais dimensões que possibilita um aumento satisfatório das competências cognitivas.

#### **4 CINEMA E O ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA**

Com a globalização, a Língua Inglesa (LI) tornou-se universal. O seu aprendizado deixou de ser uma diferença no mercado de trabalho e passou a ser uma exigência em uma concorrência cada vez mais forte. Inúmeros métodos de ensino de LI também cresceram com o avanço buscando uma ligação mais próxima do aluno e sua realidade. Diversas estratégias foram utilizadas e uma delas, que se mostrou muito interessante nos últimos anos, foi o cinema, onde se destaca a vantagem de simular a realidade e facilitar a proximidade com as experiências pessoais que o aluno vivencia no seu cotidiano. Atualmente, os recursos dos meios de comunicação social estão integrados na vida dos alunos em diferentes vertentes e a escola, junto com o professor, precisa estar apropriada para essas novas exigências buscando uma formação específica e, principalmente, conhecer os materiais, com isso, se pode iniciar um processo de ensino diferenciado com os seus alunos. Dessa forma, entende-se que o conhecimento da língua, levado em diversas maneiras e nos mais variados contextos, deve ser um objetivo comum entre escola e professor, por mais desafiador que possa se tornar:

Por que os professores em geral não capacitam melhor os alunos para a comunicação oral e escrita? Porque, em vez de fazê-los trabalhar intensamente com sua gramática interior, fazendo frases, compondo textos, lendo e escrevendo, pretendem impor-lhes Gramática, teoria e regras. Um ensino gramaticalista abafa justamente os talentos naturais, incute insegurança na linguagem, gera aversão ao estudo do idioma, horror à expressão livre e autêntica de si mesmo (LUFT, 1985, p. 22).



No que se refere ao ensino de LI, os alunos estão familiarizados com alguns termos em Inglês devido ao uso da internet e jogos de “*video game*” aos quais têm acesso e, muitas vezes, desde muito cedo. Com isso, segundo Harmer (2001), um acervo de palavras é internalizado causando um aumento superficial em seu vocabulário:

O Inglês parece ser uma das principais línguas de comunicação internacional, e mesmo as pessoas que não são falantes de Inglês geralmente conhecem palavras como: *bank, chocolate, computer, hamburger, hospital, hot dog, hotel, piano, radio, restaurant, taxi, telephone, television, university* e *walkman* (HARMER, 2001, p. 01).

Porém, para o ensino de LI não se deve demonstrar um conhecimento tão raso, uma vez que para poder atingir um nível melhorado de aprendizagem mais robusto e eficiente a utilização do cinema na sala de aula tem se mostrado uma ferramenta poderosa.

Com seus recursos tecnológicos, o cinema pode se sobressair como um aliado significativo na ludicidade da aprendizagem de LI, pois chamará a atenção dos alunos para uma proposta inteiramente agradável que acabará motivando os alunos a realizarem as atividades que serão propostas pelos professores, como afirma Napolitano (2003, p. 11):

Trabalhar com o cinema na sala de aula é ajudar a escola a reencontrar a cultura ao mesmo tempo cotidiana e elevada, pois o cinema é o campo no qual a estética, o lazer, a ideologia e os valores sociais mais amplos são sintetizados numa mesma obra de arte.

Como os alunos estarão entrando em contato com a LI, por meio de um filme, conferindo os próprios falantes nativos da língua, dialogando entre si, o ensino poderá alcançar um reconhecimento pedagógico autêntico, pois o material não será alterado. Cabe ao professor a escolha pragmática e detalhada do material em questão, ou seja, o filme que irá trabalhar. O professor ainda poderá trabalhar a leitura e o reconhecimento de palavras em inglês que os alunos já conhecem, fazendo uma tradução aproximada e automática. Para isso, os filmes legendados devem ser utilizados:

Os resultados positivos na habilidade de leitura, por conta do uso de filmes legendados, podem acontecer pela associação visual entre palavras e imagens, o desafio para ler e compreender com rapidez as palavras-chave, a observação das diferenças entre legenda e áudio, assim como a diferença entre a língua falada e a escrita. A apresentação simultânea de imagens, oralidade e escrita nos filmes favorece a aquisição de novo vocabulário dentro de um contexto para sua utilização (SOUZA, 2005, p. 54).

Com esse e outros métodos que podem ser utilizados em sala de aula, o professor proporciona ao seu aluno um ensino de LI mais dinâmico, diferenciado, atrativo, que vão além das práticas comuns realizadas na escola e, ao mesmo tempo, pode estabelecer um contato com uma nova cultura levando-o a conhecer o mundo e suas diferentes realidades.

Novas propostas de ensino devem ser estudadas e contextualizadas, sendo o professor e a escola pontes que ligam os alunos à globalização.

## 5 CONCLUSÃO

Com essa análise, pode-se compreender que essa proposta metodológica possui fatores que oferecem um amplo desenvolvimento nas competências de ensino da Língua Inglesa, além de revelar uma estratégia de relevante motivação, há um despertar da curiosidade e interesse dos discentes. Destacando-se ainda a importância da inserção dessa metodologia diferenciada na sala de aula, pois ocorre uma aproximação maior com o cotidiano no intuito de facilitar o alcance do objetivo da aula, consentindo ao aluno experimentar uma pluralidade de novas situações, tudo isso embasado por um planejamento e preparo prudente do educador, esta sistemática se mostra como um instrumento que deve ser direcionado para concepções pedagógicas que desperte nos educandos valores para a vida, possibilitando, assim, um aprendizado único de uma língua estrangeira.

Portanto, os recursos audiovisuais para o ensino abrangem uma ferramenta considerável e consistente, de maneira sofisticada, possibilitando outros olhares para aprendizagem, consolidando uma parcela de conhecimento obstruindo toda e qualquer superficialidade intelectual sobre a língua, estimulando os discentes a não aderirem ao ensino estático, mas se sobreporem na criticidade do conhecimento pronto, alavancando-se para outros níveis de habilidades, aprimorando seus papéis de sujeitos competentes para o mundo globalizado.

### **CINEMA AND ENGLISH LANGUAGE TEACHING: a methodological proposal**

**ABSTRACT:** With globalization, the English language became universal. Their learning has ceased to be a difference in the labor market and has become a demand in an increasingly fierce competition. Numerous LI teaching methods also grew with global advancement seeking a closer connection to the student and their reality and would be incorporated using a variety of creative and engaging ideas for students to become more and more interested in content. These ideas arise from a need for closer integration of the school with the reality of learners who are more accustomed to the technologies. This article aims to reflect and analyze the use of cinema as a cognitive process and acquisition of English Language. A specific approach is taken in methods where educators can draw on film applications in classrooms

highlighting their relevance to activities that require proficient skills. It was sought to bring to the research the cinematographic resource as a cognitive trigger, which justifies its choice and cannot be random, but must attend, above all, to the pedagogical needs and the interests as well as the reality of the students in order to strengthen ties with the Language in a dynamic and motivating way.

**Keywords:** Teaching. Movies. Cognition. Influence. Culture.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, A. R. de.; VOSS, R. de. C. R. Cinema em sala de aula: identificação e projeção no ensino/aprendizagem da Língua Inglesa. **Conexão: Comunicação e Cultura**. Caxias do Sul, v. 8, n. 15, p. 119-130, jan./jun. 2009.

BECKER, Fernando. **O caminho da aprendizagem em Jean Piaget e Paulo Freire: da ação à operação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CANAGARAJAH, Suresh. Negotiating the local in english as lingua franca. **Annual Review of Applied Linguistic**, p. 197- 218, 2006.

HARMER, J. **The practice of english language teaching**. 3. ed., Essex: Longman, 2001.

LEFFA, Vilson J. **O professor de línguas estrangeiras: do corpo mole ao corpo dócil**. Disponível em:<[www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/mole.pd](http://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/mole.pd)>. Acesso em: 10 de nov. 2017.

LUFT, C.P. **Língua e liberdade: por uma nova concepção da língua materna**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

MCKAY, Sandra L. **Teaching english as an international language: rethinking goals and approaches**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

MORIN, Edgar. **As estrelas: mito e sedução no cinema**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

NAPOLITANO, M. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003.

PHILLIPSON, Robert. **Linguistic imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 1992.

PIAGET. **Seis estudos de Piaget**. 25 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

RAMOS, M.T.O. ; PAGOTTI, A.W. Avaliando o pensamento operatório em futuros professores. In: DONATONI, A.R. (Org). **Avaliação escolar e formação de professores**. Campinas, SP: Alínea, 2008.

SOUZA, Reijane Viana. **O uso de legenda oculta (closed captions) e a tradução de filmes: uma atividade prática, dinâmica e criativa**. Brasília 2005. Dissertação (Mestrado em

Linguística Aplicada) – Departamento de Línguas Estrangeiras e tradução, Universidade de Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_ **Resisting linguistic imperialism in english teaching.** Oxford: Oxford University Press, 1999.

## EDUCAÇÃO ESPECIAL: um olhar sobre a inclusão nas escolas

Ana Cristina Ferreira Aguiar<sup>7</sup>  
Beatriz Silva Mourão<sup>8</sup>  
Dalila Portela Santana<sup>3</sup>  
Dorysvanny Maria Alves da Silva<sup>4</sup>  
Luznarina da Silva Pacheco<sup>5</sup>  
Nayara Nunes da Silva<sup>6</sup>  
Vilândia Soares da Silva<sup>7</sup>

**RESUMO:** Neste artigo, desenvolveu-se uma pesquisa que tem por objetivo apresentar a Educação Especial no ponto de vista de alunos e professores do Ensino Médio quanto à inserção desta nas instituições públicas e privadas. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de campo que busca perceber detalhadamente quais são os fatores que influenciam a ausência da Educação Especial no âmbito escolar. Contudo, considerando os fatores presentes na realidade escolar exposta pelos docentes e discentes, buscou-se, também, uma visão crítica em relação à inclusão social favorecida pelo desenvolvimento intelectual e cognitivo dos deficientes. A pesquisa foi desenvolvida por uma pesquisa de campo do tipo qualitativa em que os dados foram coletados através de questionários, aplicados em algumas escolas onde o projeto foi realizado. Este foi direcionado aos professores e também aos adolescentes e jovens estudantes do 2º e 3º anos do ensino médio de escolas públicas e privadas. Os principais teóricos que ajudaram a pensar a inclusão foram Simão e Simão (2017) e Mantoan (2017). Dado o exposto, é visto que há inúmeros fatores apresentados pelos docentes e discentes que problematizam a inserção da Educação Especial nas instituições, sendo eles: a inadequada estrutura e a falta de investimentos e recursos nas escolas; a falta de profissionais qualificados; a ausência de programas, projetos e atividades a fim de despertar a consciência social e etc. Contudo, é indispensável a inclusão da Educação Especial nas escolas, pois esta possibilita novos horizontes, independência, desenvolvimento de habilidades e comportamentos e, conseqüentemente, a inserção na sociedade.

**Palavras-chave:** Educação especial. Docentes e discentes. Escolas públicas e privadas.

---

<sup>7</sup> Acadêmica do Curso de Serviço Social da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP).

<sup>8</sup> Acadêmica do Curso de Serviço Social da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP).

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Serviço Social da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP).

<sup>4</sup> Acadêmica do Curso de Serviço Social da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP).

<sup>5</sup> Acadêmica do Curso de Serviço Social da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP).

<sup>6</sup> Acadêmica do Curso de Serviço Social da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP).

<sup>7</sup> Acadêmica do Curso de Serviço Social da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP).

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo apresentar a Educação Especial no ponto de vista de alunos e professores do Ensino Médio quanto à inserção desta nas instituições públicas e privadas. Para tanto, realizou-se uma Pesquisa de Campo que buscou perceber detalhadamente quais são os fatores que influenciam a ausência da Educação Especial no âmbito escolar. Contudo, considerando os fatores e particularidades presentes na realidade escolar exposta pelos docentes e discentes, buscou-se também uma visão crítica em relação à inclusão social favorecida pelo desenvolvimento intelectual e cognitivo dos deficientes.

Esta Educação contempla todo universo escolar, familiar e social, pois são fatores determinantes que contribuem no processo pedagógico das pessoas para o qual a Educação Especial é voltada. Portanto, este conteúdo tem por objetivo oferecer um variado número de relatos que possam promover o entendimento sobre a real importância da introdução da Educação Especial nas Entidades de Ensino e como seria o convívio dos adolescentes e jovens “ditos normais” no ambiente escolar com os deficientes, pois a formação dos portadores é fundamental para sua inclusão na sociedade em geral. A educação especial tornou-se essencial na vida dos portadores de necessidades especiais e os ditos-normais, haja vista que esta “transmite e amplia a cultura, estende a cidadania, constrói saberes para o trabalho”, como exposto nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (DNEEEB) (BRASIL, 2001).

Contudo, é notadamente importante identificar e fazer uso das contribuições coletadas ao analisar os dados da Pesquisa, pois tais resultados podem auxiliar na vida diária dos portadores de deficiências.

O objetivo principal deste estudo é conhecer a realidade de algumas instituições de ensino de Chapadina, opiniões de alunos e professores referentes à inclusão da Educação Especial no ambiente escolar conhecendo de perto a real preocupação das escolas e os fatores que interferem na inserção dos adolescentes e jovens portadores de deficiências física ou mental no convívio escolar. Dessa forma, contribuir para o processo de conscientização a fim de sensibilizar os alunos e professores para que estabeleçam relações harmoniosas e educadoras.

A pesquisa de campo surgiu a partir da elaboração do Projeto “Educação Especial” voltado para a realidade dos adolescentes e jovens portadores de deficiência física

ou mental, que se encontram fora do ambiente escolar, desprovidos de uma convivência pedagógica que poderia possibilitar seu desenvolvimento físico e psicológico. Para tanto, necessita-se de pesquisa empírica com a finalidade de conhecer as diferentes opiniões dos jovens e adolescentes que cursam o 2º e 3º ano do ensino médio, considerando, também, o conceito dos professores das respectivas turmas averiguadas a fim de perceber os fatores que regem o corpo escolar impedindo a inserção da Educação Especial na sala de aula.

Temos a concepção da importância da Educação Especial, vista a partir da vivência e convivência na sala de aula, na família e comunidade, considerando que os frutos de tal convivência podem influenciar em toda essa organização vigente. Portanto, a análise dos dados coletados legitimados através da pesquisa de campo permitirá conhecer e avaliar as diferentes suposições, de como seria o cotidiano pedagógico com a presença de jovens e adolescentes portadores de deficiência física ou mental. Como já abordamos, a Educação Especial é essencial para o desenvolvimento intelectual e cognitivo dos adolescentes e jovens portadores de deficiências especiais, no entanto, pensar na inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino comum é complexo.

Simão e Simão (2017) enfatiza que os objetivos da educação especial são os mesmos da educação em geral, o que difere é o atendimento que passa a estar de acordo com as diferenças e limitações individuais do educando. Redig (2007) diz que a Educação Especial está se resignificando a fim de atender as pessoas com necessidades educacionais especiais no campo da Educação Inclusiva, no entanto ainda é possível verificar grandes descasos em relação ao interesse das instituições quanto à introdução deste campo educacional no corpo da escola. Freitas (2013) comenta que “a criança que vive a experiência de inclusão muitas vezes é vista e se vê como anormal” ou seja, são vítimas do preconceito, exclusão e julgamentos por apresentarem comportamentos diferentes das pessoas “ditas normais” e por essa razão acreditam que são incapazes de desenvolver tarefas comuns do cotidiano.

Segundo Freitas (2013), os deficientes são desprovidos de credenciais, alunos ou não, estiveram e estão submersos nas tensões sociais, portanto é necessário um olhar que os valorize como pessoas que também necessitam de Educação para desenvolverem suas habilidades. “O essencial é que todos os investimentos atuais e futuros da educação brasileira não devam repetir o passado, mas considerar, verdadeiramente, o papel da escola e de seus educadores ao ensinar a importância da diversidade [...]” (MANTOAN, 2003, p. 17) e, dessa forma, incentivar relações harmoniosas entre os alunos e professores, levando os deficientes a se sentirem parte da escola.

“A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, em classes comuns, exige que a escola regular se organize de forma a oferecer possibilidades objetivas de aprendizagem a todos os alunos [...]” (SIMÃO; SIMÃO, 2017), principalmente aos deficientes que necessitam de auxílio e atenção com mais precisão. Para tanto, a formação de professores passou a ser uma preocupação, já que muitos “consideram-se sem competência para atender às diferenças nas salas de aula, especialmente aos alunos com deficiência nas suas salas de aulas (MANTOAN, 2003). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), afirma:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns [...]. (BRASIL, 2016)

“À medida que a função da educação escolar for sendo mais bem explicada pela e para a sociedade, o entendimento do sentido da educação comum ou regular e da educação especial irá se tornando mais claro [...]” (MAZZOTTA, 2011, p. 78). Visto os conceitos teóricos acima, é perceptível a importância da Educação Escolar incluída no corpo da escola regular e esta contribuirá significativamente para o desenvolvimento e crescimento intelectual, cognitivo dos adolescentes e jovens portadores de deficiência física ou mental.

Portanto, temos consciência de que a Educação Especial é a chave para possibilitar oportunidades e acesso à educação aos deficientes que, conseqüentemente, favorecerá a inclusão destes na estrutura social.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Os dados foram coletados através de questionários aplicados em algumas escolas onde o projeto foi realizado, sendo que este foi direcionado aos professores e também aos adolescentes e jovens estudantes do 2º ano do Ensino Médio de instituição privada, aos alunos do 3º ano do Ensino Médio de instituição pública e alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Os questionários que foram aplicados mantinham ênfase nas opiniões e comportamentos dos docentes e discentes quanto à Educação Especial no ambiente escolar. O Projeto foi executado no Município de Chapadinha – MA.



### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os questionários foram desenvolvidos a partir de perguntas voltadas para alunos e professores a fim de saber quais seus conceitos referente a inserção da Educação Especial nas instituições.

Ao analisarmos as respostas de 17 (dezessete) alunos da instituição privada e de 28 (vinte e oito) alunos da instituição pública, a coleta de dados mostrou opiniões similares referentes a adolescentes e jovens portadores de deficiência. Estes demonstraram imenso respeito e maturidade ao relatarem que *“são pessoas normais, mas com certa dificuldade na vida, podemos descrever que eles são guerreiros na sua vida, e são vencedores nas suas batalhas”*. Diante desse conceito que contempla o ponto de vista de todos, percebe-se que estes conseguem compreender as limitações com que os portadores convivem diariamente passando, assim, a vê-los de maneira respeitosa como pessoas iguais a todas as outras, porém, apresentam deficiências que necessitam de ampla dedicação e paciência, *“eles têm que ter uma atenção redobrada, pois cada um deles tem suas necessidades”*.

E como seria a convivência dos adolescentes e jovens não portadores com os deficientes na sala de aula? A partir desta pergunta os alunos das escolas em pesquisa responderam que os tratariam com respeito, atenção, carinho, e quando necessário, prestariam ajuda, no entanto, seria um processo longo de adaptação, pois são pessoas que estão fora do seu cotidiano familiar e escolar, e apresentam comportamentos diferentes dos seus, tal afirmativa se legitima através do relato *“bem, pois ninguém é igual ao outro, [...] nós só teríamos que nos adaptar, mais eles iriam ser bem recebidos”*.

As opiniões revelam que a convivência de adolescentes e jovens “ditos normais” com portadores de deficiências seria amigável, respeitosa e compreensiva, pois também são cidadãos com direito perante a lei e que necessitam de educação digna e de qualidade que lhes favoreça a inclusão na estrutura social, para tanto há uma aceitação por parte dos alunos, como mostra os relatos.

Contudo, para que haja uma melhor compreensão, consideramos também as opiniões de alguns professores das escolas fazendo a seguinte pergunta, “Como educador, qual sua opinião referente a adolescentes e jovens portadores de deficiência física ou mental que estão fora do ambiente escolar”? A partir deste questionamento, relataram que *“a inclusão ainda não saiu do papel”* e que, na verdade, a realidade é de exclusão da sociedade, rejeição por parte das instituições de ensino alegando sua incapacidade estrutural e

pedagógica, pois não dispõe de profissionais especializados para atender esta massa que tende a crescer. Um outro fator importante citado é referente à falta de conhecimento dos familiares quanto às necessidades dos deficientes e como deveriam lidar com tais limitações.

Para mudar tal realidade, segundo os docentes entrevistados, são necessárias políticas públicas voltadas para o incentivo e mobilização dessa situação; investimentos em estrutura; preparo e capacitação dos professores; programas de inclusão e etc.

Entretanto, é necessário citar os depoimentos de professores da APAE (instituição filantrópica sem nenhum fim lucrativo) que trabalham diretamente com adolescentes, jovens e adultos portadores de deficiência física ou mental como: autismo; síndrome de down; baixa visão; mudez; surdez, microcefalia, hiperatividade e outros tipos de doenças mentais. A Instituição APAE dispõe de 15 (quinze) professores e 4 (quatro) voluntários que atendem cerca de 250 (duzentos e cinquenta) crianças da zona rural e zona urbana com diferentes tipos de deficiências, sendo que não há separação dos alunos por categoria dos problemas que apresentam, devido à falta de profissionais qualificados nesta área, portanto são salas mistas.

Nas salas permanecem 2 a 3 professores com o propósito de dedicar uma ampla atenção a cada um dos alunos. Estes, por sua vez, recebem o mesmo conteúdo que os alunos ditos normais, a única diferença é a maneira como este conteúdo é compartilhado com os alunos portadores de necessidades especiais. Levando em consideração que há os alunos que nada conseguem assimilar e veem na APAE um lugar para realização de atividades lúdicas, recreativas, de interação com outras pessoas, para muitos se torna o único lugar onde convive com outras pessoas além da família.

As dificuldades são imensas, porém não supera o desejo de ajudá-los, de contribuir no seu desenvolvimento, pois como uma das professoras mesmo relatou que *“é um prazer poder transmitir um pouco de conhecimento a estas pessoas, pois eles podem não assimilar tudo que queremos repassar a eles, mas o pouco que conseguem já nos deixa felizes”*. Ou seja, fica claramente nítido que o sentimento que os move antes de tudo é o amor por estas pessoas, reconhecendo nelas capacidades que necessitam ser desenvolvidas a fim de favorecer o cotidiano familiar e social dos portadores de deficiência. Os docentes expressam em suas opiniões a importância do respeito, da compreensão, das relações harmoniosas e, acima de tudo, a união, a fim de acolher essas pessoas com suas limitações, porém sem criar e usar o julgamento de que são pessoas inválidas e incapazes, simplesmente pelo fato de apresentarem atitudes diferentes das pessoas *“ditas normais”*.

## 4 CONCLUSÃO

Dado o exposto, conclui-se que há inúmeros fatores apresentados pelos docentes das escolas que problematizam a inserção da Educação Especial nas instituições públicas e privadas, sendo eles: a inadequada estrutura das escolas; a falta de profissionais qualificados que se dediquem diretamente a esta área; a ausência de programas, projetos e atividades a fim de despertar a consciência social das pessoas quanto à importância da inclusão social e o direito dos deficientes ao convívio escolar e, conseqüentemente, convívio social. A falta de atenção, de investimentos e recursos nas escolas para atender a esta crescente demanda de portadores, o que contribui para a exclusão social, para a legitimação do sentimento de incapacidade, para o preconceito e para o desprezo.

Esta realidade se reflete em todo o Brasil. No município de Chapadinha conta-se apenas com uma única instituição filantrópica que acolhe e que se dedica ao desenvolvimento intelectual, cognitivo, afetivo e social dos portadores de deficiência. Esta instituição mantém-se apenas através de doações e da boa vontade dos voluntários, não dispõe de nenhum investimento público e nem estadual.

A partir de todas as opiniões expostas pelos docentes e discentes das instituições, é possível notar o desinteresse por parte dos governos e das instituições quanto à valorização da Educação Especial, valorização da educação, enxergar as capacidades, as particularidades, os sonhos ocultos dos portadores que necessitam de especial atenção, cuidado, carinho e amor. Dessa forma, é importante ressaltar a necessidade da inclusão da Educação Especial nas escolas, pois através dela novos horizontes se abrem aos deficientes, levando-os a desenvolver suas habilidades, seus comportamentos e sua independência. Tais desenvolvimentos contribuem no despertar de um olhar consciente referente aos portadores de deficiências. E para despertar tal consciência e aceitação é indispensável o convívio escolar e social.

### **SPECIAL EDUCATION: a look about inclusion in schools**

**ABSTRACT:** In this article, a research was developed that aims to present the Special Education in the point of view of students and teachers of the High School regarding the insertion of this in public and private institutions. For this, a field research was carried out that seeks to understand in detail what are the factors that influence the absence of Special Education in the school context. However, considering the factors present in the school reality exposed by teachers and students, we also sought a critical view regarding social inclusion

favored by the intellectual and cognitive development of the disabled. The research was developed by a field research of the qualitative type in which the data were collected through questionnaires, applied in some schools where the project was carried out. This was directed to teachers and also to adolescents and young students of the second and third years of high school in public and private schools. The main theorists who helped to think about inclusion were Simão e Simião (2004) and Mantoan (2003). Thus, it is seen that there are many factors presented by teachers and students that problematize the insertion of Special Education in institutions, such as: inadequate structure and lack of investments and resources in schools; the lack of qualified professionals; the absence of programs, projects and activities in order to arouse social awareness and so on. However, it is indispensable to include Special Education in schools, since it allows new horizons, independence, development of skills and behaviors and, consequently, insertion into society.

**Keywords:** Special education. Teachers and students. Public and private schools.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 12. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

FREITAS, Marcos Cesar de. **O aluno incluído na educação básica**: avaliação e permanência. São Paulo: Cortez, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A educação especial no Brasil**: da exclusão à inclusão escolar. Disponível em:< <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm>>. Acesso em: 18 de jun. de 2017.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

REDIG, Annie Gomes. **Reflexões sobre a inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino comum**. Disponível em:< <http://r1.ufrj.br/im/oeies/wp-content/uploads/2015/03/Livro-Educa%C3%A7%C3%A3o-Especial-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>>. Acesso em 10 de jun. de 2016.

SIMÃO, Antoniette. SIMÃO, Flávia. **Inclusão**: educação especial: educação essencial. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 19 de jun. de 2017.

## O ATO DE PLANEJAR: o processo de planejamento

Joceline Conceição<sup>1</sup>  
Natália Almeida<sup>2</sup>  
Neliane Aguiar<sup>3</sup>  
Fernanda Miranda<sup>4</sup>

### RESUMO

A referente pesquisa tem o intuito de abordar sobre as concepções de planejamento que irá prevenir que o educador realize suas atividades por meio de improviso prevenindo o futuro e estabelecendo caminhos que irão nortear a realização de suas práticas pedagógicas evidenciando que planejar é explicar as práticas e os procedimentos de trabalho e que se realizará com a reflexão individual e coletiva, sendo necessário com o uso de processo administrativo no planejamento educacional para que ele se realize levando em consideração que o ato de planejar faz parte das imposições e urgências que surgem por meio das investigações sobre a realidade.

**Palavras – Chave:** Administração. Educação. Plano.

### INTRODUÇÃO

Analisando o processo de planejamento educacional percebe-se que esta trata-se de uma atividade burocrática a ser cumprida, evidenciando uma correspondência entre a administração e a pedagogia, criando uma junção de teorias pedagógicas e administrativas para compreensão do homem e a organização da sociedade.

A presente pesquisa abordará sobre características gerais de diversas teorias administrativas para uma construção de conhecimento referente a administração e o planejamento educacional.

“[...] lembramos que a administração científica proposta por Taylor, afirma que o princípio do planejamento é o primeiro princípio de uma gerência como novas atribuições e responsabilidades, consistindo em substituir no trabalho o critério individual do operário, a improvisação e a atuação empírico-prática pelos métodos baseados em procedimentos científicos (Chavenato, 1979:51).

O início do planejamento exige um conjunto de atribuições e responsabilidades para substituir o trabalho individual. Ao tratar desses princípios é necessário compreender a importância de cada competência para que o trabalho seja realizado com êxito.

O planejamento serve para distinguir os preceitos e organização dos trabalhos, e para que ocorra é necessário que haja uma administração e o sucesso dessas práticas depende da forma em que são apresentados aos submissos, ou seja, nesse contexto é essencial a presença do líder e dentro da sua organização deve prevalecer a democracia fazendo com que os integrantes dessa organização se sintam com liberdade e vontade de executar seu trabalho.

Padilha (2008, p. 51)

“Procuramos identificar no cotidiano de nossas instituições escolares o que Sander assinala, sintetizando sua pesquisa e relacionando as principais características dos vários enfoques ou modelos que ele nos apresenta. Tais enfoques são os denominados jurídico, tecnocrático, comportamental, desenvolvimentista e sociológico”.

Referente ao enfoque jurídico destaca-se suas sugestões de práticas normativas e legislativas que tem como intuito a ordem de um sistema privado de administração. Seguindo os preceitos como um ideal a ser alcançado, comparando as informações citadas, compreende-se que a administração educacional e a organização escolar se embasam em planos e planejamentos que são considerados como ideais.

Enfoque tecnocrático se caracteriza por fazer uso de soluções racionais para a resolução dos problemas organizacionais e administrativos, sendo que a maioria das instituições adota esse modelo.

O enfoque comportamentalista retrata as relações humanas, a realização de trabalho em grupo valorizando a psicológica social entre essa interação, tornando uma base na gestão empresarial e na gestão escolar.

O enfoque desenvolvimentista tem como intuito de implantação política planos que sejam capazes de atingir objetos econômicos e social voltado para o desenvolvimento, se adequando para alcançar o seu objeto. E da mesma forma ocorre como o planejamento, é preciso que ele seja exercido para que se alcance aos objetivos desejados.

O enfoque sociológico se refere à ruína do enfoque desenvolvimentista que não consegue responder à esperança educacional e pedagógica, pois aquele defende uma compreensão de administração focada em valores culturais e políticos contextualizados, propondo uma educação interdisciplinar.

O ato de planejar surgiu há muitos anos com o homem primitivo. Na sua dificuldade usava habilidades para vencer seus obstáculos, planejavam seus aparatos para caçar, pescar, catar frutas entre outras. No decorrer do tempo o planejamento se tornou a

essência da escola – didática e pedagógica. O professor que não planeja não possui objetivos, ensinam de uma forma aleatória e é considerado desatualizado.

No sistema educacional há três tipos de contextos: nacional, regional e comunitário da escola e, por isso, é quesito um planejamento em termos nacionais, regionais, comunitário, um planejamento em nível de escola e o próprio plano de ensino em que serão abordados os conteúdos e as atividades que deverão ser ministradas. Esses planos devem ser elaborados seguindo preceitos ou sistemas com o intuito de atender às necessidades da comunidade.

Padilha (2008, p. 18) “[...] por processo entendemos uma sucessão de etapas que se desencadeiam numa sequência lógica, obedecendo normas, métodos e técnica específica para atingir finalidades, metas ou objetivos.

O ato de planejar é prever o que será realizado para almejar propósito, e para que isso ocorra devem existir teorias e/ou práticas a serem aplicadas, obedecendo aos preceitos para se alcançar metas e objetivos, seguindo sempre os pressupostos do planejamento acerca de conhecer a realidade, estabelecer prazos e etapas para sua conclusão, entre outros. O planejamento requer a observação e reflexão sobre a realidade, sobre o que “almeja alcançar”.

No sistema educacional existe uma relação para que o ensino e aprendizagem sejam executados de uma forma eficaz. O professor deve estar à procura de uma formação continuada, haja vista que a formação do professor deverá desenvolver uma visão e compreensão do estudante, assim o educado levará em consideração a realidade do aluno e fazer a distinção de aprendizagem compreendendo que cada aluno aprende de uma forma diferente e o planejamento deve levar em consideração esta singularidade do aprendente.

Moretto (2011, p. 18) afirma que

“[...] o estudo do processo da aprendizagem já foi objeto de inúmeras pesquisas e de vastas literaturas. Ele está obrigatoriamente presente quando tratamos da relação professor x aluno em contexto escolar, sobretudo quando o tema é o planejamento da atividade do professor com vistas a facilitar para seus alunos a construção de conhecimentos”.

Por meio do planejamento o professor adota ideias com objetivos em que o educando aprenda por meio da significância. É relevante mencionar que o aluno é o construtor de seu próprio conhecimento, sendo que o professor é o mediador entre sujeito e o conhecimento. Analisando esse contexto, é necessário que o professor leve em consideração o processo de aprendizagem, os conhecimentos prévios dos alunos, haja vista que os novos conhecimentos serão construídos a partir das concepções prévias.

Moretto (2011, p.52) afirma que:

Avaliar a aprendizagem é uma situação complexa a desafiar o professor em sua tarefa de acompanhar a construção do conhecimento de seus alunos. Esse desafio se releva ainda maior à medida que o conhecimento construído pelo sujeito que aprende é um elemento intangível, imponderável e incomensurável e, como tal, não pode ser atingido diretamente [...].”

Avaliar é uma tarefa complexa que não se define somente no resultado, mas em todo o processo de ensino e aprendizagem e para alcançá-la. O educador usará palavras, sinais e símbolos que serão transmitidos como uma forma de construção de conhecimento.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS**

### **2.1 Tipo de Pesquisa**

O projeto de pesquisa tem características peculiares em que sua realização se dá minuciosamente através de coletas de informações em bancos bibliográficos. O método utilizado na pesquisa é de caráter dedutivo. Nesse contexto, o referido método ofereceu subsídios na ação desenvolvida.

A pesquisa se desenvolveu com base no material bibliográfico, onde foram consultados livros, revistas, teses e trabalhos monográficos de autores que debatem sobre o tema abordado, com o fim de obter um embasamento teórico.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O presente estudo fora realizado por meio de pesquisas bibliográficas que tiveram o intuito de evidenciar a importância do planejamento organizado dos profissionais da educação. Na presente pesquisa abordaram-se, de forma concisa, os principais elementos que envolvem o ato de planejar, entre eles a associação no processo da administração no planejamento escolar, pois não é convidar e sim coordenar segundo preceitos que são as interpretações das diretrizes, adaptação da realidade, haja vista que a realidade do aluno deve ser apreciada no contexto escolar.

Percebem-se alguns critérios indispensáveis no planejamento como: conhecimento da realidade do que se pretende planejar conhecendo a realidade do objetivo do planejamento para que se consiga alcançá-las.



Analisando estes aspectos, percebe-se que o planejamento educacional se direciona aos procedimentos e assim se toma a essência do sentido de cumprir as finalidades da educação.

Planejamento escolar se concretiza na elaboração do Projeto Político Pedagógico, um momento propício para a busca entre a teoria e a prática para que se possam tomar decisões voltadas para a educação básica. Esse planejamento é realizado de forma coletiva para que seja possível superar a forma fragmentada e burocrática da realização desse trabalho.

Esse processo de planejamento coletivo se verifica na medida em que são elaborados. Existem mudanças nas propostas confrontando com as práticas já consolidadas, formando uma produção de transformação educacional.

Referente ao planejamento de ensino, este é compreendido como um vínculo das relações que são produzidas entre a escola e o contexto histórico-cultural em que a educação se concretiza. Essa forma de planejar se identifica como um elemento assimilado entre a escola e o contexto social.

O planejamento educacional é primordial na significação de atingir propostas da educação do indivíduo tornando-se, assim, em uma forma de direcionar a educação, levando em conta o contexto nacional, regional, local e comunitário em que o sujeito se encontra visando, nesse contexto, uma educação dinâmica, significativa, que tenha como finalidade a libertação do indivíduo, tirando-o da alienação e o transformando em um ser modificado pelo conhecimento.

O ato de planejar aponta alguns quesitos básicos, como o conhecimento do que se deseja planejar, promovendo, dessa forma, a prática da gestão democrática na sala de aula em que os alunos são contribuintes nas práticas pedagógicas dos docentes tornando, assim, este ambiente proveitoso para a aprendizagem.

A discussão aqui apresentada teve como intuito evidenciar que o ato de planejar seguindo de recursos reais e bem constituído torna-se uma contribuição no desenvolvimento de habilidades e competências do educando.

#### **4 CONCLUSÃO**

O planejamento educacional é necessário. Vale ressaltar que é no planejamento que se estabelece as finalidades da educação através da elaboração de um plano que

estabeleça o que deve ser realizado para que os objetivos possam ser alcançados, por isso são elaborados Planos Nacionais e Estaduais e os Planos Regionais de Educação.

Considera-se este ato complexo, uma vez que o professor precisa desenvolver contínua competência, deve planejar para oferecer condições que favoreçam a aprendizagem dos alunos. O educador precisa traçar objetivos que favoreçam a aprendizagem significativa dos conteúdos, por sua vez indispensáveis ao educando.

Dessa forma, o aluno e o professor, num processo colaborativo, estabelecem a prática que induz a organização das condições de ensino e de aprendizagem. O planejamento deve ser a direção de todo o processo educacional e deve ser entendido como a aplicação de uma abordagem racional e científica, é um processo que envolve uma série de operações interdependentes. O planejamento não é ditador de normas, não é um delimitador de ideias, mas é altamente democrático e desencadeador de inovações, é um processo que avança e se transforma.

## **THE ACT OF TO PLAN: THE PLAN PROCESS**

### **ABSTRACT**

The aim of this research is to approach plan conceptions that will prevent the educator from performing his activities by means of improvisation, predicting the future and establishing paths that will guide the performance of his pedagogical practices, showing that planning is to explain the practices and the work procedures and that will only be carried out with individual and collective reflection, being necessary with the use of administrative process in the educational plan to carry it out. Taking into consideration that the act of plan is part of the impositions and emergencies that arise through investigations of reality.

**Keywords:** Administration, Education, Educational Planning.

### **REFERÊNCIAS**

CHIAVENATO, Idalberto. Teoria geral da administração. 7. ed. Manole. São Paulo, 2010.

PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento Dialógico: Como construir o projeto político pedagógico da escola. 8. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2008.

MENEGOLLA, Maximiliano. SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que planejar? Como planejar? 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MORETTO, Vasco Pedro: Planejando a educação para desenvolvimento das competências. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

## O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Taciane da Conceição dos Santos<sup>9</sup>

**RESUMO:** O presente artigo pretende discutir o planejamento na Educação Infantil no que se refere à atuação docente como ferramenta essencial para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem possibilitando ao professor organizar as ações que realizará, permitindo rever e analisar sua prática em sala de aula e se esta tem alcançado seus objetivos. Planejar as ações na Educação Infantil ajudará o professor a aperfeiçoar a sua metodologia, objetivando o desenvolvimento pleno da criança, sendo elaborado, pensando-se nas crianças e nas metas que se pretendem atingir no processo educativo com um ambiente apropriado para conduzir sua aula de forma significativa. Este trabalho foi construído a partir de uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, que forneceu subsídios necessários para sua elaboração e desenvolvimento com base nos referências teóricos que abordam o planejamento como aliado indispensável na ação docente. Planejar é fundamental, além de ser um instrumento norteador de um bom desempenho pedagógico, é um roteiro de atividades a serem realizadas, com objetivos claros e flexíveis, adaptados conforme a necessidade e da realidade do aluno e da escola. É importante que o professor crie condições para educação da criança e para seu desenvolvimento, proporcionando uma aprendizagem significativa em que o aluno possa se desenvolver fisicamente, psicologicamente, ou seja, de forma integral. É fundamental compreender a real importância do ato de planejar do professor na educação infantil, de modo que atividades possam contribuir com o desenvolvimento das crianças em todas as etapas do ensino, trazendo diversas possibilidades de aprendizagem, sendo estas utilizadas como recursos pedagógicos no contexto escolar.

**Palavras-chave:** Prática pedagógica. Ação. Ensino e aprendizagem.

### 1 INTRODUÇÃO

O planejamento está presente em todas as atividades humanas. Para organizar as ações cotidianas sempre estamos realizando atividades que precisam ser planejadas. Planejar é uma atividade primordial dentro do contexto educacional, tendo em vista que possui como característica prever o que será realizado, estabelecendo caminhos que possam facilitar o

---

<sup>9</sup> Professora de Língua Inglesa – Faculdade do Baixo Parnaíba- carolphb@hotmail.com

processo de ensino e aprendizagem. Atualmente, as ideias de planejamento estão sendo muito discutidas, entretanto, é necessário compreender os conceitos atribuídos a esse termo. Para o bom desempenho da ação pedagógica, planejar é indispensável, pois esta é a peça chave para tornar o aluno um sujeito participativo na sociedade, uma vez que é mediante a ação pedagógica do professor que o aluno se mostra ativo no meio social.

É de fundamental importância que o educador programe suas atividades educativas diárias, a fim de ter controle sobre sua prática, obtendo êxito em relação à aprendizagem de seus alunos. O planejamento, na Educação Infantil, é uma ferramenta essencial para os processos de ensino e aprendizagem, pois, com ele, o professor antecipa as ações que realizará em sala de aula. Este deverá ser um momento de reflexão do professor, pois este deverá rever e analisar a sua prática em sala de aula e se suas condutas estão proporcionando o objetivo esperado.

A Educação Infantil é apresentada na atual legislação brasileira como a primeira etapa da educação básica, onde a prática pedagógica deve favorecer a construção do conhecimento das crianças de 0 a 6 anos de idade, sendo esta a primeira etapa da educação infantil, essencial para a aprendizagem, desenvolvimento físico e cognitivo da criança. Segundo Hoffmann (2001), a organização e planejamento das atividades diárias proporcionam ao professor a reflexão de suas ações e metodologias, analisando os resultados de seu projeto. De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) cabe:

[...] ao professor planejar uma sequência de atividades que possibilite uma aprendizagem significativa para as crianças, nas quais elas possam reconhecer os limites de seus conhecimentos, ampliá-los e/ou reformulá-los. (BRASIL, 1998, p. 196)

Compreende-se o planejamento como processo no qual se traça inúmeras maneiras de se alcançar um objetivo proposto e na educação infantil o professor irá criar várias atividades para trabalhar em sala de aula. Sendo portanto, um elemento necessário para o desenvolvimento da prática docente, e exige tomada de decisões não apenas na sua elaboração como também no decorrer dele. Para tanto, o educador precisa antes conhecer seus alunos, considerar suas reais necessidades e planejar as ações educativas conforme o ritmo de aprendizagem de cada um, pois é um procedimento dinâmico que tem um objetivo a ser atingido, e que é baseado na situação real do aluno. Desse modo, Corsino (2009, p. 119) ressalta que:

O planejamento é o momento de reflexão do professor, que a partir das suas observações e registros, prevê ações, encaminhamentos e sequências de atividades, organiza o tempo e espaço da criança na Educação Infantil.

Nesse sentido, o planejamento na educação infantil é um processo que precisa ser pensado e repensado de forma que possa atingir o seu principal propósito e proporcionar ao aluno uma aprendizagem significativa. Para Ostetto (2000, p. 177):

Planejar é essa atitude de traçar, projetar, programar, elaborar um roteiro para empreender uma viagem de conhecimento, de interação, de experiências múltiplas e significativas para/com o grupo de crianças. Planejamento pedagógico é atitude crítica do educador diante de seu trabalho docente. Por isso, não é uma fôrma! Ao contrário, é flexível e, como tal, permite ao educador pensar, revisando, buscando novos significados para a sua prática docente.

Nessa perspectiva, o ato de planejar constitui-se na organização de ideias e de alternativas que subsidiam de maneira eficiente a ação educativa a fim de atender os critérios estabelecidos. Esse ato requer uma base de informação que possibilite agir com segurança e ao mesmo tempo precisa ser flexível, ou seja, permitir mudanças no decorrer de sua excursão. Conforme Libâneo (1991, p.221):

[...] O planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. O planejamento é um meio para se programar as ações docentes, mas é também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação [...]

Este processo possibilita ao professor estar constantemente refletindo sua prática com o intuito de modificar o planejamento das ações estabelecidas quando o resultado não alcançar o esperado, dessa forma o planejamento e a avaliação relacionam-se numa busca constante de organização pedagógica para atender as necessidades dos alunos. Para Padilha (2001, p. 30),

[...] Planejamento é processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, instituições, setores de trabalho, organizações grupais e outras atividades humanas. O ato de planejar é sempre processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação; processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios (materiais) e recursos (humanos) disponíveis, visando à concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações.

Acredita-se que o planejamento escolar é caracterizado pela ação educativa e os professores precisam estar preparados e equipados com diferentes meios educativos estruturados. Sendo assim, o professor precisa saber qual tipo de planejamento é adequado às necessidades das crianças, uma vez que a organização das atividades e do tempo é fundamental para a educação e construção de conhecimento da criança. No processo de

ensino e aprendizagem é fundamental, pois irá organizar a prática docente, definindo os objetivos a serem alcançados e as formas de serem realizado, em suma irá programar o processo educativo sendo docente mediador das ações pedagógicas favorecendo a construção de competências e habilidades no educando, em que se torna necessária a prática do planejamento para orientar a sua ação pedagógica em sala de aula promovendo, assim, uma aprendizagem de qualidade que prepara o indivíduo para viver em sociedade, tornando-o capaz de ser livre e atuante no meio social do qual faz parte.

Planejamento “é um processo que se preocupa com para onde ir “e quais as maneiras adequadas de chegar lá”, tendo em vista a situação presente e possibilidades futuras, para que o desenvolvimento da educação atenda tanto as necessidades do desenvolvimento das sociedades, quanto as do indivíduo”. (COROACY, 1972 apud PADILHA, 2005, p. 31, grifo do autor).

Desse modo, o planejamento educacional é um processo dinâmico, com a criação de alternativas e meios de se atingir metas partindo de uma situação atual, prevendo uma ação futura provável do ensino com o intuito de atender a formação do sujeito para o exercício de cidadania. Nesse sentido, o plano de ensino é um processo que envolve objetivos determinados voltados para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos e para a relação professor e aluno, no qual, sua elaboração é sistematizada pelos professores a partir de uma relação dialógica, quanto à clareza de como ensinar, o que ensinar e para quem ensinar, estabelecendo objetivos específicos para cada área de conhecimento e refletindo sobre quais metodologias desenvolver para atingi-los.

A participação coletiva no desenvolvimento deste plano se torna fundamental, pois através destas ações em conjunto que darão suporte para definir os critérios concretos de aprendizagem, construindo no aluno uma autonomia, tendo em vista que o planejamento envolve a reflexão da prática e a tomada de novas decisões e intenções que a escola almeja. Em meio as constantes mudanças, torna-se necessário que o professor seja mediador do ensino, buscando inovar o seu fazer pedagógico possibilitando a troca de saberes para promover o avanço no processo de ensino e de aprendizagem, sendo necessário planejar, refletir sobre sua ação.

Entende-se que o plano de curso se refere à organização de todo o trabalho docente em sua área específica no qual o professor seleciona os conteúdos a serem trabalhados. Consta nele também, a metodologia mais adequada à realidade da instituição

escolar, ao contexto social e cultural dos alunos, bem como a prática avaliativa que será adotada, entendida como processual, diagnóstica e dinâmica.

Compreende-se que o plano de ensino é um elemento que norteia a sequência de todas as atividades que o professor irá desenvolver em sua prática pedagógica de maneira organizada. Esse plano é o instrumento do dia a dia do professor, onde estão estabelecidos os objetivos, procedimentos, recursos e a avaliação do processo ensino e aprendizagem. Desse modo, em relação ao plano de ensino, Libâneo (1994, p. 222) diz que: “É a previsão dos objetivos e tarefas do trabalho docente para um ano ou um semestre; é um documento mais elaborado, no qual aparecem objetivos específicos, conteúdos e desenvolvimento metodológico”. No que diz respeito ao Projeto Político Pedagógico (PPP), o Ministério de Educação (MEC) o autor enfatiza que:

É o planejamento geral que envolve o processo de reflexão, de decisões sobre a organização, o funcionamento e a proposta pedagógica da instituição. É um processo de organização e coordenação da ação dos professores. Ele articula a atividade escolar e o contexto social da escola. É o planejamento que define os fins do trabalho pedagógico. (BRASIL, 2006, p. 42).

O Projeto Político Pedagógico trata-se de um plano geral que envolve como a escola deve ser estruturada e deve funcionar. Assim, o plano de aula do professor não pode ser compreendido de maneira desvinculada deste, uma vez que este documento deve estar de acordo com o contexto social de seus alunos.

Quanto ao plano da escola, Libâneo (1991, p. 221) diz que: “É um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social”. Vale ressaltar que o professor de educação infantil precisa priorizar atividades lúdicas, considerando que a criança aprende brincando e relacionando com sua realidade. Vasconcellos (2000, p. 79) comenta que:

O planejamento enquanto construção-transformação de representações é uma mediação teórica metodológica para ação, que em função de tal mediação passa a ser consciente e intencional. Tem por finalidade procurar fazer algo vir à tona, fazer acontecer, concretizar, e para isto é necessário estabelecer as condições objetivas e subjetivas prevendo o desenvolvimento da ação no tempo.

O planejamento possibilita a organização do material necessário objetivando propiciar aos alunos uma aprendizagem significativa, além de permitir uma avaliação constante quanto ao resultado das ações. Nesse sentido, os professores da educação infantil precisam preocupar-se em planejar suas atividades com um olhar atento ao desenvolvimento infantil, considerando o desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos.



Para Ostetto (1994, p.190, grifo do autor):

Não adianta um “planejamento bem planejado”, se o educador não constrói uma relação de respeito e afetividade com as crianças; se ele toma as atividades previstas como momentos didáticos, formais, burocráticos; se ele apenas age e atua, mas não interage/partilha da aventura que é a construção do conhecimento para o ser humano.

Compreende-se que a afetividade entre professor e aluno é imprescindível no processo de ensino e aprendizagem. Esses sentimentos precisam existir para que o aprendizado do aluno realmente ocorra de maneira agradável e satisfatória. O professor precisa perceber que o processo de programar suas ações é à base da sua atuação pedagógica. É preciso que o professor tenha clareza quanto às intenções educativas que norteiam seu trabalho, elaborando propostas sobre o que ensinar, quando ensinar e como ensinar. Faz-se necessário que o professor em seu cotidiano organize sua rotina de trabalho levando em consideração que a ludicidade é um instrumento essencial para que as crianças desenvolvam suas potencialidades e habilidades.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente artigo se desenvolveu por meio de estudos bibliográficos de cunho qualitativo. A pesquisa bibliográfica permitiu ao investigador realizar um estudo profundo do tema escolhido, onde este passa a ter contato direto com a documentação bibliográfica e a busca de autores específicos que possam fundamentar o processo investigativo. Sobre pesquisa bibliográfica, Marconi e Lakatos (2011, p. 12) afirmam que: “[...] é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”.

Em relação à pesquisa qualitativa, Minayo (2008) destaca que na pesquisa qualitativa o importante é a objetivação, pois durante a investigação científica é preciso reconhecer a complexidade do objeto de estudo, rever, criticamente, as teorias sobre o tema, estabelecer conceitos e teorias relevantes, usar técnicas de coleta de dados adequadas e, por fim, analisar todo o material de forma específica e contextualizada, fornecendo subsídios necessários para a realização do referido artigo envolvendo diversos autores que fundamentam o planejamento no processo de ensino e aprendizagem.

### **3 RESULTADOS E DISCURSÃO**

Percebe-se que o planejamento tem como objetivo organizar o tempo e o espaço da educação infantil, de forma que auxilie nas atividades que o educador deve realizar, onde é flexiva, dinâmico e adaptado com as situações do dia a dia, é uma ferramenta indispensável para o cotidiano da educação infantil.

O planejamento deve estar de acordo com o nível da sala, onde o professor torne seu trabalho satisfatório, sendo de fundamental importância para que atinja, com êxito, suas metas, repensar e reavaliar sua prática, envolvendo todos os profissionais da área da educação pertencentes à escola. É uma tarefa docente que inclui a previsão das atividades didáticas em coerência com os objetivos propostos permitindo, assim, alterações de acordo com as necessidades ou interesses dos alunos.

Os autores que tratam do tema em questão abordam o planejamento como forma de organizar a ação pedagógica e seu trabalho em sala de aula, garantindo ao aluno uma aprendizagem de forma integral, que o torne participativo e protagonista de sua aprendizagem tornando-o, assim, um sujeito autônomo e participativo no meio social.

### **4 CONCLUSÃO**

O planejamento está presente na realização de qualquer ação a ser desenvolvida e no contexto educacional este tem grande importância no desenvolvimento das práticas pedagógicas possibilitando, dessa forma, inovar as práticas pedagógicas visando alcançar determinados objetivos.

O ato de planejar as ações antes de executá-las, tem em vista o alcance dos objetivos almejados sendo, assim, essencial para o desenvolvimento das atividades pedagógicas executadas no âmbito da sala de aula, contribuindo para o melhor aprendizado do aluno e facilitando o ato pedagógico do docente norteando e organizando o trabalho pedagógico, propiciando a aprendizagem e favorecendo a construção do, então educando, em um ser social.

Tendo em vista a flexibilidade do planejamento, podendo este ser reformulado quando necessário, este possibilita ao docente uma reflexão sobre atividade pedagógica possibilitando não somente o melhoramento deste, mas a possibilidade de criar condições favoráveis para que o ambiente de sala de aula seja um ambiente de aprendizagem e que haja

uma relação harmônica entre professor e aluno, em que o professor é o mediador e o aluno é o agente do processo educativo.

## **THE PEDAGOGICAL PLANNING IN CHILD EDUCATION**

**ABSTRACT:** The present article aims to discuss the planning in the Child Education with regard to the teaching performance as an essential tool for the development of the teaching and learning process allowing the teacher to organize the actions that will be done, allowing to review and analyze their practice in the classroom and this has achieved its goals. Plan the actions in Early Childhood Education will help the teacher to improve his methodology, aiming at the full development of the child, being elaborated, thinking about the children and the goals that are intended to reach in the educational process with an appropriate environment to conduct his classroom in a way significant. This work was based on a qualitative bibliographical research that provided the necessary subsidies for its elaboration and development based on the theoretical references that approach the planning as indispensable ally in the teaching action. To plan is fundamental, besides being an instrument guiding a good pedagogical performance, it is a script of activities to be accomplished, with clear and flexible objectives, adapted according to the necessity and the reality of the student and of the school. It is important that the teacher creates conditions for the child's education and development, providing a meaningful learning in which the student can develop physically, psychologically, that is, in an integral way. It is fundamental to understand the real importance of the teacher 's act of planning in early childhood education, so that activities can contribute to the development of children at all stages of teaching, bringing different possibilities of learning, and these are used as pedagogical resources in the school context.

**Keywords:** Pedagogical practice. Action. Teaching and learning.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL Ministério da Educação e Cultura. **Trabalhando com a educação de jovens e adultos: avaliação e planejamento – Caderno 4 – SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – 2006.**

CORSINO, Patrícia (Org.). **Educação infantil: cotidiano e políticas**. Campinas,SP: Autores Associados, 2009.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **O planejamento escolar**. São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. **Didática**. 21 ed., São Paulo: Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. 4. ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed., São Paulo: Atlas, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

OSTETTO, Esmeralda Luciana. **Planejamento na educação infantil, mais que atividade a criança em foco**. Campinas,SP: Papyrus. 1994.

\_\_\_\_\_. Planejamento na educação infantil mais que a atividade, a criança em foco. In: OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). **Encontros e encantamentos na educação infantil: partilhando experiências de estágios**. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2005.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo**. São Paulo: Libertad, 1995.

# OS DESAFIOS DO PLANEJAMENTO COMO COMPONENTE DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO

Maria da Conceição Lopes<sup>10</sup>

**RESUMO:** Este artigo aborda um conteúdo relevante para toda comunidade escolar que busca uma qualidade educacional inclusiva e socialmente democrática. Esta pesquisa encontra-se compreendida por uma análise bibliográfica que deu subsídio a todo contexto exposto. Abordando teoria e práticas sobre uma gestão democrática e importância de um planejamento aplicado de acordo com a democracia escolar, pode-se perceber que este contribui, de maneira significativa, para o desenvolvimento escolar da sociedade. Nesse contexto é fundamental valorizar o papel da reflexão para a elaboração de todo o trabalho pedagógico. Assim, o processo acontece almejando alcançar um objetivo, que é o aprendizado do educando.

**Palavras-chave:** Desafios. Planejamento. Democratização escolar. Gestão.

## 1 INTRODUÇÃO

Partindo da concepção de que a gestão escolar, que desde muitos anos vem enfrentando grandes desafios, julga-se pertinente realizar novas ações que sejam capazes de superar esta desestruturação que está posta.

É possível notar que a educação tem sido deixada de lado por aqueles que fazem parte do poder público, tendo em vista que estes deveriam dar a ela um atendimento mais cuidadoso, adequado, especializado.

Através da educação se pode transformar a sociedade, garantido um futuro melhor para todos. A burguesia política, que é uma das maiores potências, tem o poder e tem capacidade de buscar soluções que tragam melhoria e qualidade educacional a todos aqueles que dela necessitam, mas nem todos têm esse desejo de lutar por uma causa em prol de todos. Neste momento de mudança e desvalorização educacional, a maior responsabilidade é destinada para as escolas e, principalmente, para a gestão e para o professor que constantemente estão sendo cobrados tanto pela sociedade quanto pelos pais.

---

<sup>10</sup> Professora de Língua Inglesa – Faculdade do Baixo Parnaíba- carolphb@hotmail.com

A gestão participativa para ser exercida necessita da contribuição de todos os participantes. A democratização escolar é uma ideia pertinente, mas fazer com que a democratização escolar seja exercida no âmbito escolar, e principalmente em escolas públicas, este sim é um dos maiores desafios. Mediante as adversidades atuais no meio educacional tratando-se de uma gestão democrática, muitas vezes gestores indicados por políticos, sendo que isso atrapalha no desenvolvimento escolar tanto administrativo como educacional que envolve também o aprendizado dos educandos.

Em cada ciclo que se ocorre mudança educacional de gestores todo o andamento escolar fica com déficit e quem sofre as consequências são os alunos que sem saber como se dar esses processos de transições ficam a mercê de direcionamento de pessoas que, às vezes, não são capacitadas. Em momentos de transições de gestores escolares também ocorre transferências de professores e isso reflete no desenvolvimento educacional, pois o educando cria vínculos afetivos e, assim, sofre com mudança de gestão e de professor.

Para Oliveira (2008, p. 135): “Após a Constituição Federal de 1988, temos assistido a mudanças nas formas de escolha de diretor de escola em decorrência do seu artigo 206, inciso VI, que dispõe sobre a gestão democrática do ensino público, [...]”, coisa comum ainda no meio educacional. Respectivamente é notório que esses desafios persistem no meio da comunidade escolar e conseqüentemente dificulta o trabalho de gerenciamento escolar contemporâneo.

## **2 PLANEJAMENTO COMO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO ESCOLAR**

Todo planejamento parte de uma reflexão prévia em que é realizada uma análise das necessidades, pontos favoráveis e pontos negativos e quem será atendido.

A reflexão não se faz aleatoriamente, parte de um princípio intencional com justificativa, sentido, consciência e ação. Faz parte do processo de transformação. O planejamento, no processo de democratização, é fundamental, pois todas as atividades necessitam de um planejamento antecipado, pois mesmo que a atividade pareça simples deve ser planejada.

O planejamento deve ser reflexivo e democrático e deve contar com a participação de todos os integrantes envolvidos no processo de educação de onde está fixado. O plano elaborado pela gestão conseqüentemente será executado pelos demais contribuintes da educação. Nesse contexto, ressalta-se que um planejamento democrático não deve interferir

na realidade escolar dos educandos, mas que deve estar de acordo com o meio de onde será aplicado determinado plano. De acordo Vasconcelos (2006, p. 11):

A reflexão enquanto tal (atividade simbolizadora e seus produtos: representações, conceitos, teorias, etc.) não pode, de fato, interferir diretamente na realidade, nas condições objetivas; quem age sobre a realidade-direta ou indiretamente (através de algum instrumento) são os sujeitos.

Nessa perspectiva, compreende que o sujeito é que modifica e muda toda a realidade de acordo com o que está sendo inserido em seu meio. Salienta-se a grande importância de um planejamento democrático que se faz necessário para o campo educacional, pois se trata de um ambiente heterogêneo em que todos são sujeitos de direitos e que devem ser respeitados. Para Alarcão (2003, p. 95) “Gerir uma escola reflexiva é, pois, ser capaz de mobilizar as pessoas para serem esses atores sociais e transformarem o projeto enunciado em projecto conseguido ou o projecto visão em projecto ação”.

Os colaboradores que fazem parte do planejamento democrático no sistema educacional, onde coexistem diferentes filosofias de vida, diferentes percepções de mundo e objetivos, ter habilidade de desenvolver uma equipe de trabalho que almeja os mesmos objetivos, mesmo diante dos diversos pensamentos e perspectivas, em prol de um convívio educacional melhor, é o sonho de todo gestor.

No momento em que se encontra a educação, é necessário que todos repensem suas práticas, sejam docentes ou gestores. Focando neste último, deve se pensar o que seria um gestor, se um determinador de tarefas, um fiscalizador e/ou gerenciador das verbas escolares, e um ser atuante, que gere pessoas, possibilitando metas e desenvolvendo o trabalho em grupo, num ambiente escolar propício, desenvolvendo saberes.

Para gerir uma escola reflexiva é necessário estar periodicamente orientado pelo projeto escolar, tomando as decisões adequadas em momento oportuno, projeto esse que deve ser construído em equipe, norteado no currículo escolar e nas diretrizes que regem a educação brasileira.

### **3 CONCLUSÃO**

Pretendeu-se com este artigo fazer uma discussão sobre Desafios, Planejamento, Democratização Escolar, Gestão. Mediante esta abordagem, pode-se ter uma visão ampla das reais situações e expectativas do que pode ser esperado de uma gestão escolar democrática. Ressaltando que a democratização de diversos setores e tarefas educacionais é ideal para

possibilita à comunidade escolar um desenvolvimento de ações que envolve todo o sistema educacional e trabalho pedagógico.

A contribuição de uma gestão democrática para a sociedade escolar contribui com atitudes reflexivas e com mudanças das práticas educacionais. Para os educandos, aquela propicia uma educação de qualidade e um aprendizado satisfatório.

O planejamento, como componente da gestão, é essencial no processo de ensino-aprendizagem utilizado, democraticamente, para beneficiar toda comunidade escolar, haja vista que este parte da ideia de que foi elaborado em conjunto com todos os integrantes educacionais, partindo de reflexões e pontos de vistas que almejam benefícios a todos, ressaltando que este está de acordo com a realidade escolar na qual a comunidade está inserida.

## **THE CHALLENGES OF PLANNING AS A COMPONENT OF MANAGEMENT DEMOCRATIZATION**

**ABSTRACT:** This article deals with a relevant content for every school community that seeks an inclusive and socially democratic educational quality. This research is understood by a bibliographical analysis that gave subsidy to all exposed context. By approaching theory and practices about democratic management and the importance of planning applied according to school democracy, one can see that this contributes significantly to the school development of society. In this context it is fundamental to value the role of reflection in the elaboration of all the pedagogical work. Thus, the process happens aiming at achieving a goal, which is the learner's learning.

**Keywords:** Challenges. Planning. School democratization. Management.

## **REFERÊNCIAS**

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ÂNTUNES, Ângela: **Educação cidadã: educação integral: fundamentos e práticas**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Gestão escolar e docência**. São Paulo: Paulinas, 2010.



OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Política e gestão da educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. 16. ed. São Paulo: Libertad, 2006.

## **PLANEJAR: concepções e estratégias no âmbito educacional**

Doryllenny Suzane Alves da Silva<sup>11</sup>  
Mariane da Costa Silveira<sup>12</sup>  
Rayanne Oliveira da Silva<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente artigo aborda a importância do planejamento educacional e suas concepções, que nos faz refletir a construção pedagógica da escola, enquanto documento fundamental para o alicerce da gestão de ensino e de valores que pertencem a realidade da comunidade, autonomia e identidade. Haja vista, que a escola é constituída de diferentes seguimentos a trabalhar esse projeto de forma obrigatória para uma prática educativa eficaz. A importância deste planejamento, deve ser participativo de forma democrática e é fundamental que este conjunto seja protagonista deste processo, família, equipe, gestores, professores e técnicos devem se sentir parte do todo, não apenas receptores da decisão da escola, mas sim, agente transformador e integral cumprindo sua tarefa na escola. O planejamento é uma organização que o educador tem que ter durante sua vida escolar. Realizar um processo de análise de conhecimento sobre o ato da importância de planejar, especialmente em relação aos processos, práticas e resultados com eficácia, de forma que se leve ao aperfeiçoamento das ações e sua elaboração e acompanhamento.

**Palavras-chave:** Projeto Político-Pedagógico. Escola. Participação. Organização.

### **1 INTRODUÇÃO**

O presente artigo busca reflexões sobre o real propósito do ato de planejar dentro do contexto educacional dando ênfase a seu objetivo. Ele ressalta a importância da participação e envolvimento de todos os sujeitos inseridos no núcleo educacional que tenham como indicador a conscientização e atuação, que permitem ser traduzida como construção de uma educação que tenha a cara da realidade e dos nossos sonhos, e não apenas o resultado de estrutura e organização educacional.

---

<sup>11</sup> Doryllenny Suzane Alves da Silva – Acadêmica do Curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP).

<sup>12</sup> Mariane da Costa Silveira - Acadêmica do Curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP).

<sup>3</sup> Rayanne Oliveira da Silva Acadêmica do Curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP).

Para os educadores o planejamento é um instrumento que possibilita a superações de rotinas. Visa organizar e disciplinar a ação, é de fundamental importância em toda educação básica, depende tanto do conhecimento destes quanto de um bom planejamento, de forma que o tempo seja adequado ao aprendizado e atividades dos discentes. É um processo de busca de equilíbrio para a melhoria do funcionamento do sistema educacional. Como processos, o planejamento não deve ocorrer em um momento único e sim a cada dia. A realidade educacional é dinâmica, os problemas, a reivindicação não tem hora nem lugar para se manifestar. Assim, decidimos a cada dia, a cada hora.

Não se deve pensar num planejamento pronto, imutável e definitivo. Deve-se antes acreditar que ele representa uma primeira aproximação de estruturas adequadas a uma realidade, tornando-se, através de sucessivo replanejamento, cada vez mais apropriado, para enfrentar a problemática desta realidade. Estas medidas favorecem a passagem gradativa de uma situação existente para uma situação desejada.

Planejamento educacional é, antes de tudo, aplicar a própria educação que os verdadeiros educadores se esforcem por vincular a seus alunos: uma abordagem racional e científica dos problemas. Tal abordagem supõe a determinação dos objetivos e dos recursos disponíveis, a análise das consequências que advirão das diversas atuações possíveis, a escolha entre essas possibilidades, a determinação de metas específicas a atingir em prazos bem definidos e, finalmente, o desenvolvimento dos meios mais eficazes para implantar a política escolhida. Assim concebido, o planejamento educacional significa bem mais que a elaboração de um projeto contínuo que engloba uma série de operações interdependentes (UNESCO, apud MENEGOLLA ; SANT'ANNA, 1993, p. 32).

Planejamento Curricular é uma tarefa multidisciplinar que tem por objeto a organização de um sistema de relações lógicas e psicológicas dentro de um ou vários campos de conhecimento, de tal modo, que se favoreça ao máximo o processo ensino-aprendizagem; é a previsão de todas as atividades que o educando realiza sob a orientação da escola para atingir os fins da educação.

Planejamento sempre foi uma necessidade em qualquer momento do trabalho do ser humano. Dentro das unidades escolares o ato de planejar tem uma importância na vida, pois é através dos planejamentos que o professor se organiza e ministra suas aulas.

O ato de planejar é discutido em nosso cotidiano. Planejam-se as ações que vão desenvolver em nosso dia-a-dia. No ambiente educacional poderia ser diferente, o planejamento é a base sólida do sucesso das ações, tanto intra como extra de aula.

A escola é considerada, principalmente, como um lugar propício para o trabalho. Assim como o conhecimento, ela tem a função de levar os alunos a pensarem, refletirem, compreenderem mudando, assim, a realidade da qual fazem parte.

O Planejamento de sala de aula desemboca na prática do professor e do aluno, por isso exige muito compromisso associados a algumas limitações e possibilidades. O que acontece em muitas instituições de ensino é a banalização do ato de planejar, haja vista que para muitos professores tornou um “ritual” que deve ser cumprido anualmente.

Sabe-se que o processo de ensino e aprendizagem depende de um planejamento baseado na reflexão de suas ações para que possa, de fato, ser considerada como uma instituição para o sucesso da escola onde o planejamento não tem somente a função exclusiva de determinar o sucesso das ações, mas também de apontar o eventual fracasso.

Para Gandin (2007), a experiência não vem de se ter vivido, mas de ser refletido intensamente sobre o que fez e sobre as coisas que acontecem. Para que uma aula tenha significado, os professores devem ter o seu planejamento em mãos em relação àquilo que deverá ser abordado em sala de aula. Para que tenham sucesso no trabalho, é necessário que estes façam a ação-reflexão do trabalho que desenvolvem com os alunos buscando sempre por melhorias.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa foi realizada com o objetivo de intervir para a resolução dos problemas que o docente encontra em sala de aula. É necessário que haja um planejamento coletivo, haja vista que é neste momento que os conhecimentos, as experiências deverão ser colocadas em prática.

Através da abordagem qualitativa, é necessário relacionar o levantamento de dados sobre a motivação em compreender e interpretar determinados comportamentos, a opinião e as expectativas do indivíduo na comunidade. A partir desta pesquisa, será possível que haja um aprofundamento dos conhecimentos, sendo, assim, interpretados de maneira mais eficiente.

Através da pesquisa bibliográfica, com embasamento teórico de autores que abordam o assunto por meios de artigos e livros, estes puderam nos mostrar como devemos elaborar um plano de aula através do planejamento, as medidas que devem ser tomadas de acordo com situações específicas, como se deve agir mediante o âmbito escolar.

### 3 RESULTADOS E DISCURSÕES

O Planejamento é um conjunto de ações que são preparadas projetando um determinado objetivo, em outras palavras “[...] é um conjunto de ações coordenadas visando atingir os resultados previstos de forma mais ampla, eficiente e econômica.” (LUCKESI, 1992, p.121). Dessa forma, podemos afirmar que o planejamento é também uma ação de organização fundamental a toda ação educação educacional.

O docente precisa ter uma boa atuação no ambiente escolar, saber que deve participar, elaborar e organizar os planos de acordo com o nível escolar de cada aluno para, assim, atender o objetivo almejado. Portanto, ninguém planeja sem saber onde deseja chegar, o que se quer ensinar e o que o aluno quer aprender.

O planejamento deve ser compreendido como instrumento capaz de intervir em uma situação real para transformá-la. Nesse contexto, a função de direcionar o trabalho de forma eficiente, organizada, elaborada para que todos possam compreender as informações estabelecidas pelo mestre, em que este deve ter o domínio do conteúdo, manter-se firme com uma postura de um profissional diante do âmbito escolar, são tarefas inerentes ao ato de planejar.

Com o objetivo de organizar ideias no intuito de buscar por melhorias do funcionamento educacional, de informações de propostas e avaliação permanente são compromissos de todo e qualquer exercício avaliativo.

Importante destacar que um processo de análise crítica em que o educador realiza suas ações e cria situações que procura ampliar relações interligadas ao cotidiano do aluno como uma atividade essencial do ato de planejar as atividades ligadas à escola, o planejamento deve envolver professores, diretor, coordenadores pedagógicos e todo sistema administrativo da instituição. A finalidade do ato de planejar serve para questionar o que é ensinado e se este ensino tem sido eficiente para o grupo ao qual se destina.

O ato de planejar está associado à organização de uma determinada atividade que seja fundamental para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, para o bom funcionamento de uma instituição, uma vez que se trata de uma necessidade que possibilite redizer e organizar as etapas de um trabalho. Também é um momento de reflexão sobre a avaliação que deverá ser aplicada no decorrer do ensino.

Todo planejamento deve retratar a prática pedagógica da escola e do professor, no entanto, a história da educação brasileira tem demonstrado que o planejamento educacional tem sido uma prática desvinculada da realidade social, marcada por uma ação mecânica, repetitiva e burocrática contribuindo pouco para as mudanças na qualidade da educação escolar. Por isso o aluno deve refletir sobre a importância do ato de planejar, haja vista que esta é uma prática crítica e transformadora do pedagógico, por isso faz-se necessário que haja compreensão das dimensões que constituem o planejamento e o quanto estas são favoráveis no processo ensino-aprendizagem.

### **3.1 Planejamento como um processo educativo**

Ao planejar o trabalho deve-se criar uma situação de acordo com a realidade do aluno, usando métodos e recursos que facilitem o aprendizado com conteúdo de seu cotidiano. Portanto, é necessário antecipar organizadamente um conjunto de ações a serem efetuadas agindo, assim, de forma eficiente como foi prescrito.

Planejar o processo educativo significa, portanto, organizar, racionalizar e coordenar a ação docente visando à articulação entre a prática da sala de aula e as problemáticas que surgem no contexto social e cultural onde cada instituição está inserida de acordo com sua realidade.

Ainda no século XXI, existem educadores que não executam seus planejamentos com eficácia ou com rigorosidade na vida escolar ministrando, assim, suas aulas de forma aleatória e sem fundamentos necessários para que haja resultados satisfatórios. Esse plano de organização deve constituir-se em sistematizar uma didática no processo de ensino em que é destinado a cada turma levando em consideração tanto as defasagens como os conhecimentos prévios dos alunos de modo a garantir que todos estes alcancem os objetivos de aprendizagem, ou seja, uma aula aplicada com seguimentos corretos tornando-se, assim, prazerosa, fazendo com que ocorra mais domínio e interação dos conteúdos abordados em sala de aula em que os alunos passam a se sentirem mais ativos diante daquilo que foi preparado para eles.

O ato de planejar se faz como uma ação pedagógica através de reflexões sobre as temáticas que deverão ser explanadas, tomadas de decisões sobre as estratégias das ações no âmbito escolar em todo o processo de ensino. Primeiramente, com a intenção da obtenção do sucesso escolar; segundo, a exposição do plano em que se deve pôr em prática os métodos e o conhecimento proposto; terceiro, soma de suas metas e o que o educador atingiu e obteve nos seus resultados, estando sempre atento aos problemas dentro da sala de aula, sabendo

identificar as dificuldades e procurando corrigi-las e reconstruí-las de forma qualitativa em que a eficiência e a qualidade caminhem juntas para que seja possível a realização de reflexões acerca do ensino – relação entre educador e educando – nas perspectivas dos objetivos e na organização das informações que serão transmitidas e formuladas em suas ações em sala de aula.

Vale ressaltar que o trabalho do coordenador pedagógico em uma unidade escolar é determinante para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem, porém, vale ressaltar o que ocorre no ato do planejamento por parte de muitos professores. Muitos destes planejam sem nenhum objetivo claro, planejam por planejar, sem reflexão, discussão e participação dos demais membros da comunidade escolar. Os coordenadores pedagógicos realizam o acompanhamento na fase de preparação do planejamento, asseguram a sistematização, o desenvolvimento e a concretização dos objetivos previstos.

Segundo Vasconcellos (2010), do ponto de vista educacional, o planejamento é um ato político e pedagógico porque revela intenções e a intencionalidade expõe o que se deseja realizar e o que se pretende atingir. Dentro desta fala de Vasconcellos (2010) observa-se um ponto que marca, de maneira significativa, a vida do professor e o ato de planejar; primeiramente surge a intenção, segundo, a exposição deste plano, e terceiro, o que, necessariamente, este ato vai atingir, por isso que o professor deve sempre – dentro das suas ações – ter o hábito de fazer a ação-reflexão, nesse ele vai identificar suas dificuldades e procurar corrigi-las, desconstruí-las, construí-las e reconstruí-las, novamente.

Os professores, para concretizarem com confiança seu trabalho, necessitam simular uma pré - visão básica da ação a ser desenvolvida, isto os conduzirá a uma reflexão sobre o seu ensino e, numa constante busca de aperfeiçoamento, atingir avanços mais significativos em que a empolgação pelo seu trabalho será um de seus incentivos.

#### **4 CONCLUSÃO**

O planejamento é uma prática natural do ser humano, não sendo diferente do planejamento educacional, que é colocado como ato fundamental no processo de ensino e organização das práticas e métodos que são executados no âmbito escolar. Incluindo como fonte importante num modo totalitário, o planejamento educacional consiste, num processo de abordagem racional e científica, dos problemas de educação, incluindo a definição de prioridades e levando em conta a relação entre os diversos níveis do contexto educacional.

Quanto ao Projeto Político-Pedagógico (PPP), é tarefa da escola introduzir as crianças dentro da cultura de mundo, onde o mestre tem que ministrar a turma a partir da realidade que o aluno conhece. A escola deve criar estratégias inovadoras para, a partir daí, trabalhar em cima do conteúdo curricular no intuito de levar os discentes a refletirem melhor acerca do conhecimento que lhes será oportunizado.

A reflexão do PPP exige a identificação da filosofia político-pedagógica da comunidade que norteará todo o planejamento escolar. É preciso pensar sobre o papel da escola no entorno “comunidade local” e na sociedade. É uma organização do trabalho pedagógico escolar como um todo, em suas especificidades em níveis e modalidades: ensino fundamental e ensino médio. Portanto, os professores, funcionários, pais, alunos e a comunidade local são responsáveis por construir uma visão global da realidade dos compromissos coletivos. Nesse sentido, para que o PPP seja um documento construído coletivamente e não apenas cumprir as exigências da legislação, é necessário que sejam definidas estratégias para a avaliação deste no sentido de promover o envolvimento de toda a população, tendo em vista que o referido documento apresenta-se como um norte de todo o trabalho desenvolvido e da autonomia da escola no sentido de direcionar o seu funcionamento.

Vale ressaltar que este documento deve encaminhar todas as atividades desenvolvidas no ambiente escolar tendo como objetivo principal atender aos interesses do educando e de todo o conjunto, na busca de conhecimento que os levem a melhorar e aprimorar sua condição de vida.

O planejamento de aula representa para o docente uma organização e previsão dos conteúdos a serem ministrados na sala de aula. Planejar é antecipar, mentalmente, uma ação ou um composto de ideias e informações a serem realizadas de acordo com o proposto ao que foi planejado.

A partir da análise acerca do planejamento de atividades e organização da rotina das crianças na educação infantil, percebe-se, assim, um trabalho que deve ser pensado e preparado intencionalmente de modo que impulse o desenvolvimento das crianças menores no sentido destas se apropriarem de comportamentos tipicamente humanos, assim como a internalização de valores e costumes culturais que perpassam a vida em sociedade. Desta forma, o planejamento neste nível de ensino consiste em organizar e pensar as atividades e intervenções realizadas para que sejam criadas possibilidades ao desenvolvimento integral da criança.



Na educação infantil este precisa ser registrado e organizado por objetivos, métodos, conteúdos, recursos e avaliação, mas deve ser flexível às sujeitas alterações que surjam devido às necessidades específicas do grupo que não tenham surgido antes, para isso, o professor deve ter conhecimento dos conteúdos previstos pelo Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil estabelecendo, assim, relação com sua prática. Além disso, é fundamental que o profissional tenha sua prática norteadada pela teoria, com concepções claras de educação, infância e desenvolvimento humano que contribuirão para a elaboração de objetivos e métodos de ensinos significativos, dando, nesse contexto, fundamentação à sua atuação.

A partir da análise acerca do planejamento de atividades e organização da rotina das crianças na educação infantil, percebe-se, dessa forma, um trabalho que deve ser pensado e preparado, intencionalmente, de modo que impulse o desenvolvimento das crianças menores no sentido desta apropriar-se de comportamentos tipicamente humanos, bem como a internalização de valores e costumes culturais que perpassam a vida em sociedade.

Dessa forma, o planejamento, neste nível de ensino, consiste em organizar e pensar as atividades e intervenções realizadas para que sejam criadas possibilidades ao desenvolvimento integral da criança. Na educação infantil, esta ação precisa ser registrada e organizada por objetivos, métodos, conteúdos, recursos e avaliação, mas deve ser flexível às sujeitas alterações que surjam devido às necessidades específicas do grupo que não tenha surgido antes, mas para que isto seja viável é necessário que o professor tenha conhecimento dos conteúdos previstos pelo Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI), estabelecendo assim, relação com sua prática. Além disso, é fundamental que o profissional tenha sua prática norteadada pela teoria, com concepções claras de educação, infância e desenvolvimento humano contribuindo, nesse contexto, para a elaboração de objetivos e métodos de ensino significativos, fundamentando a sua atuação.

Assim, julga-se necessário que o educador obtenha um embasamento teórico diversificado que valorize sua autonomia no sentido de não limitar suas ações, uma vez que existem metodologias, recursos e materiais variados cabendo a este profissional ir além de seu limites no intuito de enriquecer seu conhecimento.

## **PLANNING:** conceptions and strategies in the educational field

**ABSTRACT:** This article discusses the importance of educational planning and its conceptions, which makes us reflect the pedagogical construction of the school, as a fundamental document for the foundation of teaching management and values that belong to the community reality, autonomy and identity. Let's see, that the school is made up of different follow-ups working on this project in an obligatory way for an effective educational practice. The importance of this planning should be participatory in a democratic way and it is fundamental that this group be the protagonist of this process, family, team, managers, teachers and technicians should feel part of the whole, not only receivers of the school decision, transformer and integral, fulfilling its task in school. Planning is an organization that the educator has to have during his or her school life. Carry out a process of knowledge analysis about the importance of planning, especially in relation to processes, practices and results with effectiveness, so that it leads to the improvement of the actions and their elaboration and follow-up.

**Keywords:** Political Pedagogical Project. School. Participation. Organization.

## **REFERÊNCIAS**

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. 16 ed. Loyola. São Paulo: Loyola, 2007.

LUCKESI, C.C. Planejamento e avaliação escolar: articulação e necessária determinação ideológica. In: BORG

MENEGOLLA, Maximiliano; MARTINS, Ilza. **Por que planejar? Como planejar?** 3 ed. Vozes, Rio de Janeiro – RJ, 1993.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino - aprendizagem e projeto político pedagógico - elementos metodológicos para a elaboração e realização** 21 ed. São Paulo: Libertad, 2010.

Informações  
(98) 3471 1356 / 3471 1955  
[www.fapeduca.com](http://www.fapeduca.com)